



BANCO
FIBRA

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente.**

Em 31 de dezembro de 2022

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às
Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Índice

Relatório do Auditor Independente.....	3
Relatório de Administração.....	9
Balanço Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado.....	13
Demonstração do Resultado Abrangente.....	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	16
Demonstração do Valor Adicionado.....	17

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	18
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	18
3. Principais Práticas Contábeis.....	18
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	20
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	20
6. Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	20
7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital.....	23
8. Operações de Crédito e outros Créditos com Características de Concessão de Crédito.....	25
9. Carteira de Crédito por Nível de Riscos e Provisionamento.....	26
10. Investimentos.....	26
11. Dependência no Exterior.....	26
12. Depósitos.....	27
13. Captações no Mercado Aberto.....	27
14. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	27
15. Obrigações por Empréstimos no Exterior e Repasses no País.....	27
16. Carteira de Câmbio.....	27
17. Composição de Outras.....	28
18. Outros Ativos.....	29
19. Tributos.....	29
20. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.....	30
21. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	31
22. Patrimônio Líquido.....	31
23. Transações com Partes Relacionadas.....	32
24. Limites Operacionais.....	33
25. Informações Complementares.....	33
26. Resultado não Recorrente.....	33
Relatório do Comitê de Auditoria.....	34

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fibra S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Fibra S.A. (“Instituição” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fibra S.A. e suas Controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fibra S.A e do Banco Fibra S.A. e suas Controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

(Conforme Nota Explicativa nº 9 - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 132.136 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e conseqüentemente a definição do *rating*, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas; e **(vi)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e derivativos

(Conforme Nota Explicativa nº 6 - Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição utiliza instrumentos financeiros derivativos na sua estratégia de gerenciamento de risco de mercado, realizando operações de Hedge Financeiro e Hedge Contábil. Tais instrumentos financeiros são mensurados a valor justo, conforme estabelecido nas práticas contábeis e regulamentações emanadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição possuía contabilizado o montante de R\$ 100.015 mil em sua posição ativa e R\$ 174.770 mil em sua posição passiva, referentes a montantes a receber e a pagar respectivamente, registrados ao valor justo. Considerando tratar-se de contratos com certo grau de complexidade, e que dado ao fato de a mensuração ser realizada levando-se em considerações algumas premissas e, portanto, um maior nível de subjetividade, consideramos o reconhecimento, mensuração e realização desses como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação das contrapartes das operações no intuito de avaliar o risco de não cumprimento dos respectivos contratos; e **(iv)** envolvimento de nossos especialistas em precificação e mensuração de instrumentos financeiros derivativos. Os procedimentos utilizados pelos especialistas englobaram: **(a)** teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros; **(b)** análise das principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes; e **(c)** Reexecução, em base amostral, da valorização de determinadas operações, bem como comparação das premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros derivativos foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para passivos contingentes

(Conforme Nota Explicativa nº 20 - Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição possui ações que envolvem riscos contingentes tramitando nas esferas judicial e administrativa, de natureza cível, trabalhista e tributária. As referidas ações envolvem discussões sobre o mérito, e possuem aspectos processuais complexos inerentes às legislações vigentes. Para a determinação dos valores a serem provisionados e para determinação do prognóstico de perda são considerados fatores objetivos e subjetivos com base em premissas estabelecidas e julgamento da administração em conformidade com as informações de assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição possuía o montante de R\$ 500.239 mil em riscos considerados prováveis e R\$ 590.854 mil em riscos considerados possíveis, ambos de acordo com a Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Consideramos a mensuração e avaliação quanto a expectativa de realização destes como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** validação da efetividade dos modelos utilizados para valorização dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista; **(ii)** verificação da metodologia e cálculo de risco referente aos processos tributários; **(iii)** confirmação amostral junto aos assessores jurídicos externos da existência e dos valores envolvidos (quando aplicável); **(iv)** realização de teste de suficiência dos valores provisionados vis-à-vis as perdas efetivas dos processos judiciais encerrados; e **(v)** teste de atualização monetária das provisões (quando aplicável). Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 20b e 20d das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e avaliação dos passivos contingentes foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Créditos Tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 19b, Créditos Tributários)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro 2022, a Instituição possuía o montante de R\$ 1.185.831 mil referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende sua realização viável com base na geração de lucros tributáveis suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem certo nível de julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução 3.059/02 alterada pela Resolução 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 19b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. Em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e no Relatório do Comitê de Auditoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

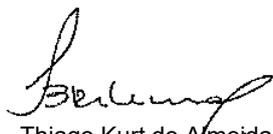
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Senhores Acionistas e demais interessados:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, contemplando o Relatório da Administração, o Relatório do Comitê de Auditoria e as correspondentes informações financeiras revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico

O ano de 2022 foi marcado pelo avanço no processo de normalização da taxa de juros em diversas economias em resposta ao aumento das taxas de inflação. Destaca-se o início do aperto monetário nos EUA, que elevou a taxa de juros do intervalo de 0% a 0,25% para o intervalo de 4,25% a 4,50% em dezembro. No Brasil, o principal evento foi a realização da eleição presidencial em outubro, que ocorreu em ambiente de grande polarização política e incertezas quanto à evolução da política econômica dos próximos anos.

O setor de serviços impulsionou a recuperação da atividade e acumulou expansão de 8,3% em 2022, de acordo com o IBGE. Já o índice de vendas no varejo ampliado apresentou recuo de 0,6% e a produção industrial teve queda de 0,7%. Os dados do mercado de trabalho apresentaram melhora compatível com a retomada do setor de serviços. A taxa de desemprego média passou de 13,7% de janeiro a novembro de 2021 para 9,7% no mesmo período de 2022. No ano, a economia criou 2,0 milhões de postos de trabalho formais, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A taxa de inflação medida pelo IPCA registrou alta de 5,79% em 2022, acima do centro da meta para inflação de 3,50% definida para o ano. Em 2021, o IPCA havia acumulado alta de 10,06%. A desaceleração da inflação no período foi puxada deflação de preços administrados (-3,83%), especialmente por conta da redução de impostos sobre combustíveis. Em sentido oposto, os preços livres permaneceram em patamar elevado e encerraram o ano com alta acumulada de 9,39%.

O Copom avançou no ciclo de aperto monetário iniciado em março de 2021 e levou a Selic para 13,75% ao final do ano passado ante taxa de 9,25% no mesmo período de 2021. A política monetária contracionista implicou em aperto das condições financeiras e teve impacto significativo sobre a atividade econômica ao longo do ano.

O saldo total das operações de crédito bancário atingiu R\$ 5,3 trilhões no final do ano, com alta nominal de 14,0% em relação ao final de 2021. Houve alta de 13,7% entre os recursos livres e de 14,3% entre recursos direcionados. O saldo das operações com instituições públicas cresceu 13,8%, das instituições privadas 15,7% e das estrangeiras 9,8%.

O resultado fiscal do setor público consolidado apresentou trajetória positiva ao longo do ano com a retomada da arrecadação. Houve superávit primário de R\$ 126,0 bilhões (1,28% do PIB) em 2022 ante superávit de R\$ 64,7 bilhões (0,73% do PIB) em 2021. O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros, foi deficitário em R\$ 460,4 bilhões (4,68% do PIB) no ano. A Dívida Bruta do Governo Geral reduziu de 78,3% do PIB para 73,5% sobretudo pela elevação do PIB nominal.

A taxa de câmbio encerrou o ano em R\$ 5,28/US\$ e registrou média de R\$ 5,16/US\$ ao longo de 2022, com valorização de 5,1% e 4,3%, respectivamente, ante 2021.

O saldo em transações correntes encerrou o ano com déficit de US\$ 55,7 bilhões (2,9% do PIB) ante déficit de US\$ 46,4 bilhões ao final de 2021 (2,8% do PIB). Houve melhora do saldo comercial (de US\$ 36,4 bilhões para US\$ 44,4 bilhões). O investimento direto no país somou US\$ 90,6 bilhões (4,8% do PIB) ante US\$ 46,4 bilhões (2,8% do PIB) em 2020.

Para 2023, as expectativas giram em torno da condução da política econômica no novo governo, o que inclui a definição de um novo arcabouço fiscal e coordenação da política monetária com o Banco Central. Estimamos crescimento do PIB de 1% em 2023, com destaque para a contribuição do PIB do setor agropecuário para o qual estimamos expansão superior a 3%.

Resultados Dezembro de 2022

O Banco Fibra encerrou o ano de 2022 com um Lucro Antes de Imposto de Renda (LAIR) de R\$ 42 milhões e com Lucro Líquido R\$ 18 milhões. O Patrimônio Líquido em dezembro 2022 totalizou aproximadamente R\$ 1,2 bilhão.

O saldo da Carteira de Crédito Expandida Gerencial foi de aproximadamente R\$ 7,0 bilhões, cresceu 11% em relação ao saldo de dezembro 2021.

A qualidade da Carteira mantém um excelente perfil com um índice de inadimplência de 0,4% ao final de dezembro 2022 versus 0,6% de inadimplência no mesmo período de 2021.

Carteira

O Banco Fibra tem como estratégia o crescimento sustentável de sua carteira de crédito e atua junto aos seguintes segmentos: Corporate, Agronegócio, Empresas e Pequenas Empresas. O saldo gerencial da Carteira de Crédito do Banco Fibra ao final de dezembro 2022 é de R\$ 7 bilhões, versus R\$ 6,3 bilhões ao final de dezembro 2021.

A Carteira Gerencial Corporate encerrou o ano de 2022 com um saldo de, aproximadamente, R\$ 4,4 bilhões, 4% menor em relação ao fechamento de dezembro 2021.

A Carteira do Agronegócio, ao final de dezembro 2022, cresceu 25% YoY em termos gerenciais, atingindo um saldo de R\$ 1,1 Bi.

O principal foco de crescimento foi o segmento Empresas (companhias com faturamento entre R\$ 30 a R\$ 300 milhões). A Carteira Empresas cresceu 117% em relação ao mesmo período de 2021, encerrando o ano fiscal de 2022 com um saldo gerencial de R\$ 1,0 bilhão, contra um saldo gerencial de R\$ 472 milhões em 2021. Esse crescimento se deve ao forte investimento neste segmento ao longo de 2022: reforço no time comercial, importantes desenvolvimentos em tecnologia e em equipes especializadas em dados. Entre outros, esses esforços também resultaram em um crescimento de 55% YoY na quantidade de boletos emitidos, atingindo um volume de mais de 2,1 milhões boletos emitidos em 2022.

O segmento Pequenas Empresas (companhias com faturamento entre R\$ 2 e R\$ 30 milhões), ainda discreto comparativamente à Carteira Total do banco, cresceu 248% YoY em termos gerenciais, atingindo um saldo de R\$ 56 milhões ao final de dezembro de 2022.

A qualidade da carteira de crédito permanece em um excelente patamar. Em dezembro de 2022 as Provisões representavam 2,2% (contra 2,0% em dezembro de 2021), a Carteira de Crédito classificada com rating D-H representava 2,5% da Carteira Total (2,6% em dezembro de 2021) e o Índice de Inadimplência Total finalizou em 0,4% (versus 0,6% em dezembro de 2021).

A Receita Gerencial Comercial cresceu aproximadamente 28% YoY, atingindo um resultado de R\$ 318 milhões ao final do exercício de 2022. A linha de Derivativos foi uma das principais linhas de negócio que contribuiu para o crescimento da Receita Comercial, com crescimento de aproximadamente 30% no ano de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021.

A linha de Despesa Gerencial cresceu 10% YoY, atingindo um valor de R\$ 208 milhões. O incremento dessa despesa se deve, principalmente, à Despesa Pessoal, que cresceu 20% em função das novas contratações para área comercial e devido ao dissídio da categoria dos bancários. Já as Despesas Administrativas mantiveram-se estáveis e a Despesa Contingenciamento Trabalhista e Civil decresceu 6,5% em relação a dezembro 2021.

A Despesa de PDD encerrou ano de 2022 com R\$ 36 milhões versus uma despesa de R\$ 179 mil em dezembro de 2021.

Captações

O estoque de Captação ao final do ano de 2022 totalizou aproximadamente R\$ 8,6 bilhões, cresceu 5% em relação ao ano anterior.

Ao final de 2022 a Captação de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) atingiu um saldo de R\$ 7,3 Bi, valor este 17% maior que o saldo de dezembro de 2021.

O Fibra continua diversificando suas fontes de captação local e externa. A estratégia de aumentar o número de distribuidores, pulverizar o funding e diminuir a concentração de vencimentos permanece.

Em linha com a estratégia de diversificação de funding, encerramos o ano de 2022 com 6% dos Passivos Totais do banco advindos de Captações Externas contra 2% ao final de 2021.

Adicionalmente, no mercado local, emitimos Letras Financeiras Subordinadas com prazo médio de 14 anos, que contribuíram com o equivalente a 1% de Basileia, na data da emissão.

O descasamento positivo entre ativos e passivos mantém uma situação confortável: ao final de dezembro de 2022, os ativos possuíam prazo médio de 274 dias e os passivos 686 dias, resultando num GAP positivo de 412 dias.

O Caixa Livre Gerencial encerrou o ano de 2022 com R\$ 1,5 bilhão.

Administração de Riscos

O Banco Fibra considera que a gestão de riscos é uma ferramenta estratégica e essencial para a otimização de recursos, possibilitando a melhor relação risco versus retorno de suas operações.

A estrutura de Gestão de Riscos é de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e Operações que faz o monitoramento e o controle dos Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão dos riscos cibernéticos também faz parte do escopo sob gestão da área. A aderência à legislação e às regras vigentes é responsabilidade da área de Compliance.

A consolidação das áreas de risco confere um controle integrado e centralizado, o que resulta em sinergia nas ações de gerenciamento de riscos.

A gestão de riscos do Banco Fibra conta com uma sólida governança, com diferentes comitês, convergindo para Comitê de Gestão de Riscos, onde os especialistas da Instituição e a Alta Administração se reúnem, possibilitando a discussão e a rápida deliberação sobre os riscos avaliados.

O Conselho de Administração aprova as principais estratégias e políticas relacionadas ao gerenciamento e controle dos riscos, garantindo assim uma governança corporativa altamente eficiente.

Informações adicionais sobre o gerenciamento de riscos da Instituição podem ser consultadas no site www.bancofibra.com.br, no Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

O Banco possui em suas demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "disponíveis para venda", "negociação" e "mantidos até o vencimento", conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil. Adicionalmente o Banco Fibra declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", cujo o montante é de R\$ 4,7 bilhões.

Gestão de Capital

Conforme previsto na Resolução nº 4.557/17, o Banco Fibra implementou sua estrutura de gerenciamento de capital, sob responsabilidade da Diretoria de Riscos e Operações, que atua de maneira integrada com as áreas de Controladoria e Contabilidade. Esta estrutura analisa a adequação dos capitais regulatório e econômico da Instituição no cumprimento de seu plano estratégico, contemplando os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como a simulação de eventos severos que possam afetá-la. A descrição completa sobre a estrutura de Gerenciamento de Capital da Instituição se encontra no site do Banco Fibra (www.bancofibra.com.br).

Adequação de Capital

As normas do Banco Central do Brasil estipulam que os bancos devem manter um Índice de Basileia igual ou superior a 10,5%. O Banco Fibra encerrou o ano de 2022 com Índice de Basileia de 11,87%.

Recursos Humanos

O Conglomerado Fibra encerrou o ano de 2022 com um quadro de 386 colaboradores (excluindo estagiários, afastados e membros do conselho). Desses, 378 colaboradores no Banco Fibra, 5 colaboradores na Corretora e 3 colaboradores na Fibra Asset.

Ratings

O Banco Fibra é avaliado por agências independentes de rating. A nota da agência Fitch Ratings foi mantida em BBB+ com Outlook estável (escala nacional) e B+ com outlook negativo (escala global). A agência Standard & Poors manteve a nota em escala nacional em br.BBB+ com outlook positivo e a nota em moeda estrangeira em B- com outlook positivo.

Agradecimentos

A Administração do Banco Fibra S.A. agradece a todos os clientes e investidores pela confiança depositada, aos colaboradores pelo empenho e comprometimento e aos acionistas pelo constante suporte.

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Disponibilidades	4	309.227	109.007	309.250	109.039
Instrumentos financeiros		10.703.113	9.402.618	10.703.113	9.402.618
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.512	90.895	3.512	90.895
Títulos e valores mobiliários	6a	5.153.239	4.023.416	5.153.239	4.023.416
Instrumentos financeiros derivativos	6b	100.015	386.657	100.015	386.657
Operações de crédito	8	5.578.203	5.012.389	5.578.203	5.012.389
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9	(131.856)	(110.739)	(131.856)	(110.739)
Relações interfinanceiras e interdependências	17h	158.625	10.261	158.625	10.261
Outros créditos		1.553.049	861.228	1.553.463	861.581
Carteira de câmbio	16	815.084	121.766	815.084	121.766
Diversos	17a	737.965	739.462	738.379	739.815
Outros ativos	18	281.804	234.529	281.844	234.529
Ativos fiscais diferidos	19b	1.184.732	1.202.333	1.185.831	1.203.657
Investimentos		13.922	20.735	5.143	6.472
Participações em controladas	10a	8.779	14.263	-	-
Outros investimentos		5.143	6.472	5.143	6.472
Imobilizado		11.833	2.798	11.849	2.798
Imobilizado de uso		15.599	8.669	15.619	8.669
Depreciação acumulada		(3.766)	(5.871)	(3.770)	(5.871)
Intangível	10b	26.180	21.677	26.180	21.677
Ativos intangíveis		37.312	75.483	37.312	75.483
Amortização acumulada		(11.132)	(53.806)	(11.132)	(53.806)
Total do Ativo		14.242.485	11.865.186	14.235.298	11.852.632

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido					
Depósitos e demais instrumentos financeiros					
Depósitos	12	11.442.431	9.853.476	11.434.328	9.840.533
Depósitos		7.922.180	7.387.407	7.914.077	7.374.464
Captações no mercado aberto	13	2.792.846	1.320.499	2.792.846	1.320.499
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	181.389	442.979	181.389	442.979
Relações interfinanceiras e interdependências	17h	21.808	232.618	21.808	232.618
Obrigações por empréstimos e repasses	15	349.438	264.279	349.438	264.279
Instrumentos financeiros derivativos	6b	174.770	205.694	174.770	205.694
Provisões	17c	543.657	517.237	543.892	517.470
Obrigações fiscais diferidas	17i	45.315	46.340	45.315	46.340
Outros passivos					
Carteira de câmbio	16	1.029.826	282.698	1.030.507	282.854
Fiscais e previdenciárias	17b	809.569	118.530	809.569	118.530
Dívidas subordinadas	21	13.869	9.415	14.550	9.571
Diversas		187.738	132.523	187.738	132.523
		18.650	22.230	18.650	22.230
Total do Passivo		13.061.229	10.699.751	13.054.042	10.687.197
Patrimônio Líquido					
Capital social - De domiciliados no país	22	1.181.256	1.165.435	1.181.256	1.165.435
Capital social - De domiciliados no país		2.124.888	2.124.888	2.124.888	2.124.888
Redução de capital		(917.111)	-	(917.111)	-
Reservas de capital		4.326	7.744	4.326	7.744
Reservas de lucros		4.289	-	4.289	-
Outros resultados abrangentes		(35.136)	(36.039)	(35.136)	(36.039)
Prejuízos acumulados		-	(931.158)	-	(931.158)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		14.242.485	11.865.186	14.235.298	11.852.632

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota	Banco		Banco		Consolidado		Consolidado	
	01/07/2022 a	01/01/2022 a	01/07/2021 a	01/01/2021 a	01/07/2022 a	01/01/2022 a	01/07/2021 a	01/01/2021 a
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira	663.812	1.348.538	615.508	996.835	663.812	1.348.538	615.508	996.837
Operações de crédito	404.392	767.263	276.192	486.974	404.392	767.263	276.192	486.974
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	162.851	414.125	250.367	358.001	162.851	414.125	250.367	358.003
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	74.391	112.037	84.666	136.970	74.391	112.037	84.666	136.970
Resultado de operações de câmbio	22.178	55.113	4.283	14.890	22.178	55.113	4.283	14.890
Despesas da intermediação financeira	(589.557)	(1.159.084)	(551.522)	(827.419)	(589.231)	(1.158.271)	(551.153)	(826.909)
Operações de captação de mercado	(564.804)	(1.104.992)	(486.446)	(765.753)	(564.478)	(1.104.179)	(486.077)	(765.243)
Operações de empréstimos e repasses	(11.929)	(17.369)	(54.692)	(56.675)	(11.929)	(17.369)	(54.692)	(56.675)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(611)	(4.812)	(4.812)	-	(611)	(4.812)	(4.812)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9b (12.824)	(36.112)	(5.572)	(179)	(12.824)	(36.112)	(5.572)	(179)
Resultado bruto da intermediação financeira	74.255	189.454	63.986	169.416	74.581	190.267	64.355	169.928
Outras receitas (despesas) operacionais	(47.518)	(135.962)	(67.376)	(128.703)	(46.468)	(134.640)	(67.248)	(128.661)
Receitas de prestação de serviços	49.451	102.315	12.947	29.559	55.453	110.859	14.694	31.576
Receitas de tarifas bancárias	8.089	15.926	5.542	9.387	8.089	15.926	5.542	9.387
Despesas de pessoal	(74.876)	(136.925)	(68.522)	(118.545)	(76.306)	(139.659)	(68.885)	(119.051)
Outras despesas administrativas	17d (40.754)	(72.246)	(37.712)	(69.320)	(40.804)	(72.328)	(37.756)	(69.410)
Despesas tributárias	(10.146)	(18.868)	(6.681)	(14.551)	(10.850)	(19.906)	(6.894)	(14.800)
Resultado de participações em controladas	10a 2.881	3.473	1.003	1.134	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	17e 31.759	56.613	34.132	49.139	31.875	56.734	34.141	49.151
Outras despesas operacionais	17f (13.922)	(86.250)	(8.085)	(15.506)	(13.925)	(86.266)	(8.090)	(15.514)
Provisões	20e (16.734)	(33.255)	(9.678)	(15.367)	(16.735)	(33.264)	(9.684)	(15.377)
Resultado operacional	10.003	20.237	(13.068)	25.346	11.378	22.363	(12.577)	25.890
Resultado não operacional	17g 12.112	46.075	2.788	19.793	12.112	46.075	2.788	19.793
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	22.115	66.312	(10.280)	45.139	23.490	68.438	(9.789)	45.683
Provisões sobre participações no resultado	(12.000)	(26.056)	(12.000)	(26.962)	(12.000)	(26.385)	(12.000)	(26.962)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	10.115	40.256	(22.280)	18.177	11.490	42.053	(21.789)	18.721
Imposto de renda e contribuição social	19a (5.826)	(21.920)	8.116	(12.069)	(7.201)	(23.717)	7.625	(12.613)
Provisão para imposto de renda	(3.943)	(3.338)	(3.157)	(3.157)	(4.642)	(4.243)	(3.405)	(3.405)
Provisão para contribuição social	(2.745)	(2.745)	(5.196)	(5.196)	(3.009)	(3.095)	(5.290)	(5.290)
Ativo fiscal diferido	862	(15.837)	16.469	(3.716)	450	(16.379)	16.320	(3.918)
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício	4.289	18.336	(14.164)	6.108	4.289	18.336	(14.164)	6.108
Resultado líquido por ação - R\$	0,0007	0,0029	(0,0022)	0,0010	0,0007	0,0029	(0,0022)	0,0010

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banco e Consolidado			
	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício	4.289	18.336	(14.164)	6.108
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.500)	(3.418)	(51)	949
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	14.500	1.642	(40.935)	(71.224)
Efeitos tributários	(6.525)	(739)	18.421	32.051
Varição em outros resultados abrangentes	3.475	(2.515)	(22.565)	(38.224)
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	7.764	15.821	(36.729)	(32.116)

⁽¹⁾ Contêm marcação a mercado dos títulos públicos transferidos da categoria "Disponível para venda" para "Mantido até o vencimento", conforme nota 6a.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Valores expressos em milhares de reais)

Banco e Consolidado							
Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Prejuízos/Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas especiais	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 30 de junho de 2021	2.124.888	7.795	-	-	(13.525)	(916.994)	1.202.164
Ajuste ao valor de mercado - TVM ⁽¹⁾	-	-	-	-	(22.514)	-	(22.514)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(51)	-	-	-	-	(51)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	(14.164)	(14.164)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.124.888	7.744	-	-	(36.039)	(931.158)	1.165.435
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.124.888	6.795	-	-	3.134	(937.266)	1.197.551
Ajuste ao valor de mercado - TVM ⁽¹⁾	-	-	-	-	(39.173)	-	(39.173)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	949	-	-	-	-	949
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	6.108	6.108
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.124.888	7.744	-	-	(36.039)	(931.158)	1.165.435
Saldos em 30 de junho de 2022	2.124.888	8.826	-	-	(43.111)	(917.111)	1.173.492
Ajuste ao valor de mercado - TVM ⁽¹⁾	-	-	-	-	7.975	-	7.975
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(4.500)	-	-	-	-	(4.500)
Redução de capital	22a	(917.111)	-	-	-	917.111	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	4.289	4.289
Destinação - Reserva legal	22b	-	214	-	-	(214)	-
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	4.075	-	(4.075)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.207.777	4.326	214	4.075	(35.136)	-	1.181.256
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.124.888	7.744	-	-	(36.039)	(931.158)	1.165.435
Ajuste ao valor de mercado - TVM ⁽¹⁾	-	-	-	-	903	-	903
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(3.418)	-	-	-	-	(3.418)
Redução de capital	22a	(917.111)	-	-	-	917.111	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	18.336	18.336
Destinação - Reserva legal	22b	-	214	-	-	(214)	-
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	4.075	-	(4.075)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.207.777	4.326	214	4.075	(35.136)	-	1.181.256

⁽¹⁾ Líquidos de efeitos tributários

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banco		Banco		Consolidado		Consolidado	
	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021
Lucro líquido ajustado	23.538	76.507	(44.147)	(20.662)	27.732	80.527	(42.992)	(19.309)
Resultado semestre/exercício	4.289	18.336	(14.164)	6.108	4.289	18.336	(14.164)	6.108
Ajustes ao resultado:	19.249	58.171	(29.983)	(26.770)	23.443	62.191	(28.828)	(25.417)
Constituição para perdas com bens não de uso próprio	2.836	5.302	1.878	4.204	2.836	5.302	1.878	4.204
Depreciação e amortização	3.857	6.908	2.604	4.489	3.858	6.913	2.607	4.506
Resultado de participações em coligadas e controladas	(2.881)	(3.473)	(1.003)	(1.134)	-	-	-	-
Constituição/Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.824	36.112	5.572	179	12.824	36.112	5.572	179
Tributos diferidos	(862)	15.837	(16.469)	3.716	450	16.379	(16.320)	3.918
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.500)	(3.418)	(51)	949	(4.500)	(3.418)	(51)	949
Outros resultados abrangentes	7.975	903	(22.514)	(39.173)	7.975	903	(22.514)	(39.173)
Variação de ativos e passivos	162.751	133.873	49.478	57.307	158.555	138.822	48.321	55.954
Redução (Aumento) Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.620	87.383	(84.499)	(84.564)	15.620	87.383	(84.499)	(84.564)
(Aumento) Redução Títulos e valores mobiliários	(624.947)	(1.129.823)	(1.420.120)	(1.858.268)	(624.947)	(1.129.823)	(1.420.120)	(1.858.268)
Redução (Aumento) Instrumentos financeiros derivativos	33.790	255.718	(67.891)	(32.479)	33.790	255.718	(67.891)	(32.479)
(Aumento) Redução Operações de crédito	(272.999)	(580.809)	420.863	63.048	(272.999)	(580.809)	420.863	63.048
(Aumento) Redução Relações interfinanceiras e interdependências	(134.305)	(359.174)	(39.775)	163.139	(134.305)	(359.174)	(39.775)	163.139
(Aumento) Redução Outros créditos	(393.973)	(691.821)	179.629	(9.089)	(393.664)	(691.882)	179.829	(8.934)
(Aumento) Redução Outros ativos	(92.982)	(52.577)	555	30.115	(92.980)	(52.617)	555	30.115
Redução (Aumento) Ativos fiscais diferidos	41.843	1.764	(50.936)	(65.466)	40.944	1.447	(50.935)	(65.499)
Aumento (Redução) Depósitos	276.149	534.773	750.598	1.613.151	272.364	539.613	749.123	1.611.623
Aumento (Redução) Captações no mercado aberto	705.989	1.472.347	784.842	926.839	705.989	1.472.347	784.842	926.839
(Redução) Aumento Recursos de aceites e emissão de títulos	3.322	(261.590)	(407.716)	(746.811)	3.322	(261.590)	(407.716)	(746.811)
Aumento (Redução) Obrigações por empréstimos e repasses	145.747	85.159	97.335	45.770	145.747	85.159	97.335	45.770
Aumento (Redução) Provisões	25.475	26.420	13.099	(1.979)	25.382	26.422	13.116	(1.958)
(Redução) Aumento Obrigações fiscais diferidas	(34.713)	(1.025)	29.977	30.878	(34.713)	(1.025)	29.977	30.878
Aumento (Redução) Outros passivos	468.735	747.128	(156.483)	(16.977)	468.985	747.653	(156.383)	(16.945)
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente	186.289	210.380	5.331	36.645	186.287	219.349	5.329	36.645
Atividades de investimento - caixa líquido (aplicado)	(12.471)	(10.160)	(10.544)	(18.453)	(12.469)	(19.138)	(10.544)	(18.453)
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	437	5.695	(955)	(1.075)	3.317	206	(955)	(1.075)
(Aquisição) Alienação de investimento	(6.676)	(5.562)	(606)	(1.907)	(9.554)	(9.051)	(606)	(1.907)
(Aquisição) Alienação de intangível	(6.232)	(10.293)	(8.983)	(15.471)	(6.232)	(10.293)	(8.983)	(15.471)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	173.818	200.220	(5.213)	18.192	173.818	200.211	(5.215)	18.192
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	135.409	109.007	114.220	90.815	135.432	109.039	114.254	90.847
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	309.227	309.227	109.007	109.007	309.250	309.250	109.039	109.039
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	173.818	200.220	(5.213)	18.192	173.818	200.211	(5.215)	18.192

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banco		Banco		Consolidado		Consolidado	
	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021
Composição do valor adicionado								
Receitas								
Resultado bruto da intermediação financeira	74.255	189.454	63.986	169.416	74.581	190.267	64.355	169.928
Receita de prestação de serviços	49.451	102.315	12.947	29.559	55.453	110.859	14.694	31.576
Receita de tarifas bancárias	8.089	15.926	5.542	9.387	8.089	15.926	5.542	9.387
Outras	(24.658)	(85.590)	(17.552)	(30.127)	(27.477)	(89.049)	(18.601)	(31.357)
Total	107.137	222.105	64.923	178.235	110.646	228.003	65.990	179.534
Distribuição do valor adicionado								
Remuneração do trabalho								
Proventos	62.057	116.612	59.260	107.133	63.019	118.790	59.506	107.485
Benefícios	10.998	20.477	9.019	16.396	11.219	20.891	9.073	16.464
Fundo de garantia por tempo de serviço	3.017	5.620	2.760	5.004	3.045	5.672	2.765	5.009
Outros	132	239	279	371	132	239	279	371
Remuneração do governo	26.644	60.821	7.769	43.223	28.942	64.075	8.531	44.097
Despesas tributárias	10.146	18.868	6.681	14.551	10.850	19.906	6.894	14.800
Imposto de renda e contribuição social	5.826	21.920	(8.116)	12.069	7.202	23.718	(7.625)	12.613
INSS	10.672	20.033	9.204	16.603	10.890	20.451	9.262	16.684
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício	4.289	18.336	(14.164)	6.108	4.289	18.336	(14.164)	6.108
Total	107.137	222.105	64.923	178.235	110.646	228.003	65.990	179.534

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Fibra S.A. (Banco Fibra) atua como Banco Múltiplo, operando através das carteiras comercial, de câmbio, de investimentos, crédito e financiamento e de administração de clubes de investimentos está situado, desde agosto de 2022, na nova sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte), Pinheiros-SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

O controle do Banco Fibra S.A pertence a Elisabeth S.A Indústria Têxtil e o controlador do grupo econômico em última instância é o Espólio de Dorothéa Steinbruch.

O Banco Fibra tem como política proteger o patrimônio líquido dos efeitos totais das variações cambiais de seu investimento na agência em Grand Cayman (full-branch). Para tanto, mantém posição vendida em dólares americanos, em montante suficiente para anular os impactos no resultado do período.

Somos um banco B2B, focado nos segmentos Corporate, Agro e PMEs, que oferece soluções com precisão e muita velocidade, priorizando a segurança e o conhecimento a partir de um atendimento ágil e humanizado, em um ambiente de confiança e transparência. Nossa história começa em 1988 e soma 35 anos de uma trajetória sempre conectada às necessidades e anseios dos empreendedores brasileiros.

Em 28 de março de 2022 o Banco Fibra adquiriu participação de 99.999% da Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. através da aquisição de cotas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2023.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Adicionalmente, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910/21, Resolução BCB nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O Comitê de pronunciamentos contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN.

Os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 - Estrutura conceitual básica - Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.810/20;
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 28 - Propriedade para Investimento - Resolução nº 4.967/21;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 - Resultado por ação - Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 47 - Receita de contrato com cliente - Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Práticas de consolidação

A preparação das demonstrações financeiras do Banco Fibra, que inclui sua agência de Grand Cayman (individual) e os critérios adotados para o Fibra Consolidado (consolidado) está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, pela Resolução BCB nº 92/21, abrangendo o Banco Fibra, sua agência no exterior e as suas controladas diretas, relacionadas a seguir:

Denominação social	Atividade	Participação
Controladas		
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	99,999%
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	Administração e corretagem de seguros	99,999%
Validata Meios de Pagamentos Ltda.	Processamento de cartões e/ou meios de pagamento	99,999%

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de eventuais lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base "pro-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas dos balanços, de acordo com as disposições contratuais.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo (Notas 4 e 5).

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base "pro-rata" dia e das variações cambiais, auferidas até as datas dos balanços (Nota 5).

e. Títulos e valores mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do BACEN. São classificados nas categorias (Nota 6a):

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados e contabilizados a valor de mercado e classificados como "hedge" (proteção) ou "não-hedge". Os instrumentos destinados a "hedge" são classificados como: "hedge de risco de mercado" ou "hedge de fluxo de caixa". Os critérios para registro são os seguintes: para os instrumentos financeiros derivativos que não se destinam a "hedge", bem como para aqueles classificados como "hedge de risco de mercado", os ajustes a valor de mercado são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Para os instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge de fluxo de caixa", a parcela efetiva do "hedge" deve ser contabilizada em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Com as alterações introduzidas pela Circular nº 3.150/02 do BACEN, este tratamento também é dispensado aos instrumentos financeiros negociados em associação a operações de captação ou aplicação de recursos, podendo ser desconsiderada a sua avaliação a mercado, nas condições especificadas na norma (Nota 6).

g. Operações de crédito ou outros créditos com características de concessão de crédito e fianças prestadas

Operações de crédito e outros créditos - As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

Fianças prestadas - A Resolução do CMN nº 4.512/16 estabeleceu procedimentos contábeis, determinando a constituição de provisão para perdas associadas às garantias prestadas. As perdas associadas a essas garantias partem de modelos quantitativos e qualitativos relacionadas ao cliente, guardando forte relação às perdas prováveis para créditos, porém com estudos históricos que amparam a característica peculiar desse produto. A provisão tem se mostrado suficiente para cobrir perdas prováveis durante a vigência da garantia e são reavaliadas periodicamente.

h. Provisões de operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos mesmos. O CMN estabeleceu, por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos de setores ou de carteiras (Nota 9a e 9b).

i. Bens não destinados a uso

Os bens recebidos em dação de pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização (Nota 18a).

j. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões sobre captação de CDB, LCA, LCI e LF e são controladas por contrato. As comissões são apropriadas no resultado de acordo com o prazo de vigência dos contratos (Nota 18b).

k. Investimentos

As participações em controladas nas demonstrações individuais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os saldos contábeis da entidade sediada no exterior foram convertidos para reais, utilizando-se a cotação do dólar norte-americano na data de encerramento do período. Para fins de cálculo de equivalência e de consolidação, esses saldos foram ajustados, quando aplicável, às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN (Notas 10a e 11).

l. Imobilizado e intangível

• **Imobilizado:** A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, obedecidas as seguintes taxas anuais, contemplando a vida útil econômica, e prazos: veículos e sistema de computação, 20% ao ano; instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança – 10% ao ano; benfeitorias em imóveis de terceiros a taxa aplicada é pelo prazo de vencimento do contrato de aluguel;

• **Intangível:** Corresponde basicamente aos gastos com desenvolvimento de sistemas, amortizados de forma linear à taxa de 20% ao ano no decorrer do período, estimado de benefício econômico (Nota 10b).

Ajustes aos valores recuperáveis dos ativos – Resolução CMN nº 4.924/21:

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus ativos não financeiros de acordo com o CPC 01, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorização desses ativos e consequente ajuste contábil desses ativos aos seus valores de realização. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

m. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

n. Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivos)

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais diferidos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais diferidas".

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 19a.

o. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais foram efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, baseadas nos critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25 (Nota 20).

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Provisões para riscos: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal; e

Depósitos judiciais: são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

p. Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

q. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de certos ativos, imposto de renda e contribuição social diferido ativo, provisão para contingências, valorização e desvalorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Fibra revisa as estimativas e premissas periodicamente.

r. Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

s. Instrumentos Financeiros – Resolução nº 4.966/2021

As Instituições devem elaborar e manter a disposição do BACEN, além de divulgar, de forma resumida, o plano de implementação da regulamentação contábil, conforme definido no Art. 76 da referida resolução (com alterações da resolução nº 5.019/2022).

O Plano de implementação dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A Referida resolução, entrará em vigor em 01 de janeiro de 2.025, atualmente o Banco Fibra está avaliando as alterações necessárias para identificar os potenciais impactos nas demonstrações financeiras.

Principais tópicos do plano:

- I – Mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros;
- II – Mudança nos parâmetros de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- III – Análise e revisão dos critérios de qualificação para contabilidade de *hedae*;
- IV – Adaptações sistêmicas;
- V – Alterações no plano de contas e reportes;
- VI – Alteração de políticas e processos internos;
- VII – Revisão dos critérios de evidenciação e divulgação dos Instrumentos Financeiros.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	112.412	109.007	112.435	109.039
Moeda nacional	113	8.090	136	8.122
Moeda estrangeira	112.299	100.917	112.299	100.917
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada	49.996	-	49.996	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	49.996	-	49.996	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	146.819	-	146.819	-
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI	146.819	-	146.819	-
Total	309.227	109.007	309.250	109.039

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco e Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	De 3 a 12 meses	Total	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.512	3.512	90.895	90.895
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI	-	-	82.834	82.834
Depósitos vinculados ao cumprimento de compulsórios	3.512	3.512	8.061	8.061

6. Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

a1. Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de mercado e custo.

	Banco e Consolidado						
	Nível	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2022	
						Valor de mercado	Valor na curva
Títulos disponíveis para venda		39.640	50.288	-	374.603	464.531	492.753
Títulos Públicos		-	50.288	-	311.077	361.365	379.396
LFT - Letras financeiras do tesouro	1	-	50.288	-	126.677	176.965	177.276
LTN - Letras do tesouro nacional	1	-	-	-	105.937	105.937	113.147
NTN - Notas do tesouro nacional	1	-	-	-	78.463	78.463	88.973
Títulos privados		-	-	-	63.526	63.526	72.901
Títulos no exterior	1	-	-	-	63.526	63.526	72.901
Ações de companhias abertas	1	604	-	-	-	604	1.420
Ações de companhias fechadas	3	9.579	-	-	-	9.579	9.579
Cotas de fundos de investimentos ⁽²⁾	1	29.457	-	-	-	29.457	29.457
Títulos mantido até o vencimento		-	81.559	407.808	4.191.919	4.681.286	4.736.500
Títulos Públicos		-	-	406.297	3.770.094	4.176.391	4.206.685
NTN - Notas do tesouro nacional ⁽³⁾	n/a	-	-	406.297	3.770.094	4.176.391	4.206.685
Títulos privados⁽⁴⁾		-	81.559	1.511	421.825	504.895	529.815
CPR - Certificado de produto rural ⁽¹⁾	n/a	-	60.054	-	15.282	75.336	75.336
CRI - Certificado de receb. imobiliários ⁽¹⁾	n/a	-	17.721	-	-	17.721	17.721
Debêntures ⁽¹⁾	n/a	-	-	-	80.796	80.796	80.796
Títulos no exterior ⁽⁴⁾	n/a	-	3.784	1.511	325.747	331.042	355.962
Títulos em negociação		7.422	-	-	-	7.422	7.452
Ações de companhias abertas	1	7.422	-	-	-	7.422	7.452
Total da carteira ativa		47.062	131.847	407.808	4.566.522	5.153.239	5.236.705

Banco e Consolidado							31/12/2021
Nível	Sem vencimento			Acima de 12 meses		Valor de mercado	Valor na curva
	Até 3 meses	3 a 12 meses	meses	meses			
Títulos disponíveis para venda	26.526	97.435	164.260	766.130	1.054.351	1.077.768	
Títulos Públicos	-	60.841	111.604	333.459	505.904	526.290	
LFT - Letras financeiras do tesouro	1	60.841	10.544	156.785	228.170	229.070	
LTN - Letras do tesouro nacional	1	-	97.580	97.333	194.913	205.895	
NTN - Notas do tesouro nacional	1	-	3.480	79.341	82.821	91.325	
Títulos privados	-	36.594	52.656	432.671	521.921	523.922	
CPR - Certificado de produto rural ⁽¹⁾	3	12.567	25.310	8.421	46.298	46.298	
CDCA - Certificado de dir. cred. do agro. ⁽¹⁾	3	51	27.021	-	27.072	27.072	
CRI - Certificado de receb. imobiliários ⁽¹⁾	3	17.721	-	-	17.721	17.721	
Debêntures ⁽¹⁾	3	-	-	72.363	72.363	72.363	
Títulos no exterior	1	6.255	325	351.887	358.467	360.468	
Ações de companhias abertas	1	390	-	-	390	1.420	
Cotas de fundos de investimentos ⁽²⁾	1	26.136	-	-	26.136	26.136	
Títulos mantido até o vencimento	-	-	163.740	2.805.325	2.969.065	3.011.174	
Títulos Públicos	-	-	163.740	2.805.325	2.969.065	3.011.174	
NTN - Notas do tesouro nacional ⁽³⁾	n/a	-	163.740	2.805.325	2.969.065	3.011.174	
Total da carteira ativa	26.526	97.435	328.000	3.571.455	4.023.416	4.088.942	

⁽¹⁾ Títulos com características de crédito, sendo registrados os respectivos provisionamentos na rubrica "Instrumentos financeiros - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito", no montante total de R\$ 83.067 (R\$ 64.227 em 2021): CPR R\$ 194 (R\$ 44 em 2021), CDCA R\$ 0 (R\$ 271 em 2021), CRI R\$ 17.721 (R\$ 13.212 em 2021), debêntures R\$ 65.152 (R\$ 50.700 em 2021).

⁽²⁾ Cotas de Fundo constituído pela B3 para suprir margem não operacional e garantias referentes à câmara de compensação e liquidação.

⁽³⁾ ⁽⁴⁾ Inclui R\$ 30.294 (R\$ 49.109 em 2021) e R\$ 24.920 de marcação a mercado dos títulos reclassificados da categoria "disponíveis para venda" para "mantidos até o vencimento".

Para a categoria "Títulos disponíveis para venda", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios básicos:

• Títulos públicos e títulos privados: cotações de preços de mercado (ou de agentes de mercado), e modelos de precificação aprovados pela administração;

Em 31 de dezembro de 2021, foram reclassificados R\$ 547.257 da categoria "Títulos disponíveis para venda" para "Títulos mantidos até o vencimento". A reclassificação visa atender o propósito de gestão dos ativos e passivos do Banco, a classificação atual (mantidos até o vencimento) se encaixa melhor para esse objetivo uma vez que as captações indexadas a inflação possuem o mesmo comportamento. O montante atual de R\$ 30.294 registrado como componente destacado do patrimônio líquido será reconhecido no resultado em função do prazo remanescente até o vencimento.

Em 30 de junho de 2022, foram reclassificados R\$ 206.352 da categoria "Títulos disponíveis para venda" para "Títulos mantidos até o vencimento". O montante atual de R\$ 24.920 registrado como componente destacado do patrimônio líquido será reconhecido no resultado em função do prazo remanescente até o vencimento. A reclassificação tem por objetivo assemelhar o efeito esperado aos princípios pelos quais inicialmente foram transacionados.

No exercício de 2022, foram reclassificados R\$ 257.108 de títulos privados da categoria "Títulos disponíveis para venda" para "Títulos mantidos até o vencimento". A reclassificação tem por objetivo assemelhar o efeito esperado aos princípios pelos quais inicialmente foram transacionados.

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados como "disponível para venda" contabilizados no patrimônio líquido, correspondiam a um débito no montante de R\$ 35.136 (débito de R\$ 36.039 em 2021), líquidos dos efeitos tributários.

a2. Composição por categoria e posição

	Banco e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Títulos disponíveis para venda	464.531	1.054.351
Financiada	109.903	60.790
Livre	198.524	710.060
Vinculada	156.104	283.501
Mantidos até o vencimento	4.681.286	2.969.065
Financiada	2.802.061	1.306.441
Livre	1.558.141	1.541.071
Vinculada	321.084	121.553
Negociação	7.422	-
Livre	7.422	-
Total	5.153.239	4.023.416

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio da determinação de limites e estabelecimento de estratégias de operações, conforme detalhado na Nota 7.

b1. Abertura por indexador e nível de hierarquia

	Banco e Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Nível	Valor de mercado	Valor na curva	Nível	Valor de mercado	Valor na curva
Contrato de Swap						
Posição ativa		36.360	24.273		20.375	7.575
Juros	2	10.110	8.676	2	12.246	5.941
Moedas	2	5.104	2.705	2	-	-
Prefixado	2	21.146	12.892	2	8.129	1.634
Posição passiva		4.919	6.505		314	1.362
Juros	2	571	779	2	254	377
Moedas	2	829	1.013	2	-	-
Prefixado	2	3.519	4.713	2	60	985
Contrato de termo						
Posição ativa		40.949	52.854		239.484	227.717
Commodities	2	3.854	4.047	2	107.214	109.268
Moedas	2	14.652	6.633	2	65.794	72.501
Prefixado	2	22.443	42.174	2	66.476	45.948
Posição passiva		127.484	111.560		97.397	96.250
Commodities	2	3.620	3.160	2	24.145	24.246
Moedas	2	101.756	102.091	2	22.200	13.965
Prefixado	2	22.108	6.309	2	51.052	58.039

Contrato de opções							
Posição ativa			6.514	10.265		126.798	163.808
Juros	2	-	-	-	2	-	-
Moedas	2	6.514	10.265	2	126.798	163.808	
Posição passiva			24.794	36.803		100.824	108.494
Juros	2	-	-	-	2	-	295
Moedas	2	24.794	36.803	2	100.824	108.199	
Outros							
Posição ativa			16.192	-		-	-
Outros	n/a	16.192	-	n/a	-	-	-
Posição passiva			17.573	-		7.159	-
Outros	n/a	17.573	-	n/a	7.159	-	-
Total posição ativa			100.015			386.657	
Total posição passiva			174.770			205.694	

b2. Abertura por prazo

	Banco e Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Posição ativa	37.992	27.665	34.358	100.015	213.099	135.720	37.838	386.657
Contratos a Termo	29.883	9.599	1.467	40.949	124.224	103.155	12.105	239.484
Contratos de Opções	1.114	5.400	-	6.514	83.748	29.843	13.207	126.798
Contratos de Swap	4.417	7.713	24.230	36.360	5.127	2.722	12.526	20.375
Outros	2.578	4.953	8.661	16.192	-	-	-	-
Posição passiva	56.441	79.662	38.667	174.770	119.495	53.261	32.938	205.694
Contratos a Termo	48.350	59.134	20.000	127.484	69.020	22.315	6.062	97.397
Contratos de Opções	4.999	17.090	2.705	24.794	50.069	30.260	20.495	100.824
Contratos de Swap	619	3.438	862	4.919	314	-	-	314
Outros	2.473	-	15.100	17.573	92	686	6.381	7.159
Valor de referência - Compensação	13.408.757	3.750.172	2.623.932	19.782.861	26.482.158	6.117.090	3.839.705	36.438.953
Contratos a Termo	5.044.537	1.236.687	322.135	6.603.359	7.570.622	1.916.960	412.362	9.899.944
Contratos de Futuros	7.426.178	1.886.604	2.024.783	11.337.565	8.229.861	2.584.208	2.635.355	13.449.424
Contratos de Opções	758.932	403.672	45.000	1.207.604	10.552.732	1.546.200	692.405	12.791.337
Contratos de Swap	179.110	223.209	232.014	634.333	128.943	69.722	99.583	298.248

Crítérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado: Para a apuração do valor de mercado de instrumentos financeiros no Banco Fibra, a Instituição utiliza fontes de dados independentes tais como: B3, Anbima, CME, outros. Para instrumentos que tenham alta liquidez e sejam diretamente observados no mercado, utiliza-se o preço direto das fontes. Para instrumentos que não tenham o preço observado diretamente no mercado, utiliza-se parâmetros derivados de informações de instrumentos líquidos em metodologias de apreçamento amplamente utilizadas no mercado, tais como: interpolação de curvas, fluxo de caixa descontado, fórmula de black & scholes, outros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ganhos e perdas incorridos no exercício referente a instrumentos financeiros derivativos apresentaram um efeito líquido no resultado do Banco Fibra e Consolidado de R\$ 112.037 (R\$ 136.970 no Banco Fibra e Consolidado em 2021).

b3. Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

Título	Banco e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	31/12/2022	31/12/2021
	321.084	218.885
LTN - Letras do tesouro nacional	-	97.332
NTN - Notas do tesouro nacional	321.084	121.553
Recursos em espécie	6.064	48.187
Moeda estrangeira	6.064	48.187

c. Estrutura de hedge accounting

Conforme Circular nº 3.082/02 do BACEN, as operações classificadas como "hedge" são realizadas com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como "hedge" de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

O "hedge" é considerado efetivo quando compensa as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de "hedge" num intervalo entre 80% a 125%, de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade da estrutura de "hedge" é medida mensalmente, e suas evidências são apresentadas em comitê de gestão de risco. A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2022 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

O quadro abaixo representa a relação dos instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge accounting".

Ativo	Banco e Consolidado		Passivo	Banco e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
	Valor de mercado			Valor de mercado	
Objeto	390.459	425.658	Objeto	1.485.734	1.641.211
Títulos no exterior	390.459	-	Captações locais	1.485.734	1.641.211
Operação de crédito	-	425.658			
Instrumento	385.812	412.676	Instrumento	1.461.289	1.641.399
Futuro de cupom de cambial DDI	385.812	-	Futuro de taxa média de DI	1.461.289	1.641.399
Futuro de taxa média de DI	-	412.676			

7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital

Atendendo às requisições da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.557/17, o Banco Fibra conta atualmente com uma estrutura de gerenciamento de riscos e capital cujas diretrizes estão definidas em políticas internas.

O Conselho de administração do Banco Fibra tem papel fundamental na estrutura da gestão de riscos, atuando na aprovação das principais estratégias e políticas relacionadas ao tema, ressaltando, assim a importância da governança corporativa da Instituição.

A estrutura de gestão de riscos, de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Operações, Controles Internos e Segurança da Informação, coordena o monitoramento e o controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. A integração dos riscos é observada no Comitê de Gestão de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos pertinentes, viabilizando uma gestão de riscos convergente e alinhada, permitindo compartilhamento de informações e o reforço das políticas de gestão direcionadas à proteção do capital da instituição.

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição. Compreende a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos principais riscos aos quais a Instituição está exposta e os objetivos estratégicos da instituição.

O plano de capital é produzido anualmente considerando o ambiente macroeconômico, a complexidade das operações, produtos e serviços oferecidos bem como a exposição a riscos inerentes à atividade financeira e abrange o horizonte de três anos por meio de projeção de resultados, participação de mercado, composição dos ativos e passivos e alocação de resultados.

A estrutura de gerenciamento de capital do conglomerado analisa a adequação do capital regulatório da Instituição no cumprimento de seu plano estratégico. Esta análise contempla os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como simulação de eventos severos que possam afetá-la. O monitoramento da suficiência de capital é realizado de forma contínua, utilizado no processo decisório de negócios e reportado ao Comitê de Gestão de Riscos e ao Conselho de Administração.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito.

O Banco Fibra tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito, permitindo a maximização dos ganhos e adequada remuneração do capital alocado.

Os sistemas da instituição são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de fracionar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco.

Classificação do risco de crédito - Rating

Entende-se por rating, de maneira geral, a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis da capacidade de cada tomador avaliado de saldar seus compromissos financeiros adequadamente.

O processo de classificação do rating do cliente leva em consideração métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos. A utilização destes métodos visa refletir as condições de pagamento de cada tomador em determinado horizonte de tempo e detectar qualquer alteração na qualidade creditícia da contraparte, que possa refletir em sua probabilidade de default.

O provisionamento é realizado de acordo com o rating de cada operação, levando em consideração o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

b. Riscos de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado dos instrumentos detidos pela instituição, tais como variação cambial, de taxas de juros, dos preços de ações, dos preços de mercadorias, entre outros.

O foco do Banco Fibra é a geração recorrente de resultados oriundos da área comercial, a partir da evolução da carteira de crédito. Nesse contexto, a tesouraria colabora fomentando a área Comercial com os recursos financeiros (*fundings*) necessários, gerenciando o risco de suas posições e atuando, conservadoramente, nas operações de suas posições proprietárias.

A classificação dos instrumentos entre as carteiras de negociação e bancária é realizada conforme critérios da regulação atual. Os limites são estabelecidos por carteira, negociação e bancária, sendo que o rompimento destes limites deflagra ações que podem remeter à decisão de instâncias superiores ou ações automáticas.

Carteira de negociação: é formada por instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidos com intenção de negociação ou destinados a "hedge", e que não estejam sujeitos à limitação de sua negociabilidade. Normalmente, trata-se de ativos financeiros que serão negociados com intenção de revenda ou obtenção de benefício do movimento efetivo de preço.

Carteira bancária: por definição, detém todas as operações que não são de negociação, ou seja, é formada por instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, por exemplo, ativos, passivos ou derivativos estruturais que fazem parte da atividade fim do Banco de conceder crédito às empresas e oferecer soluções financeiras aos clientes.

• Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é uma metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

O quadro abaixo detalha a análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, da carteira de negociação e bancária, que exponham a instituição a riscos provenientes de variação cambial, juros, entre outros. Para o cálculo dos impactos, aplicam-se choques nas variáveis de mercado, apurados com data base 30 de dezembro de 2022.

Fator de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Valor	Valor	Valor
Pré	(551)	528	(569)
Cupom de moedas	(181)	233	115
Cupom de inflação	1.587	(550)	(162)
Moedas	(388)	(375)	-
Total	467	(164)	(616)

Cenário 01: considera como premissa alta de taxa de juros e desvalorização da moeda local, de acordo com os cenários aprovados no Comitê de Risco da Instituição.

Cenário 02: considera como premissa queda de taxa de juros e valorização da moeda local, de acordo com os cenários aprovados no Comitê de Risco da Instituição.

Cenário 03: considera como premissa movimento flattener das curvas de juros de acordo com os cenários aprovados no Comitê de Risco da Instituição.

c. Riscos de liquidez

Como risco de liquidez, entende-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações de pagamento esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem efeitos ou perdas significativas em suas operações diárias.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banco Fibra envolve diferentes estruturas, que atuam com base em uma governança estabelecida, procedimentos determinados e ferramentas adequadas, visando garantir a operação do Banco de maneira saudável sob a ótica de liquidez.

O gerenciamento do risco de liquidez em conjunto com os demais riscos está alinhado às estratégias de negócios da Instituição, bem como do Conselho de Administração e da Diretoria.

Com o objetivo de estabelecer um nível adequado de liquidez, devendo suportar períodos adversos (stress), o Banco Fibra dimensiona os recursos necessários para poder cumprir suas obrigações. Para este fim, é realizado monitoramentos, reportes e controle de limites como os mencionados abaixo e que estão dentro dos limites determinados:

• Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCP): demonstra qual o grau de suficiência que os ativos líquidos de alta qualidade do conglomerado prudencial para suportar uma saída extrema de recursos do Banco, em um estresse de 21 dias úteis, conforme premissas definidas pelo CGR.

• Survival Period: Visão de choque ao longo da projeção do caixa, ou seja, acompanhamento em stress do fluxo de pagamentos e recebimentos previstos. Essa métrica leva em consideração o rating das contrapartes, que sintetiza a qualidade creditícia e os aspectos de riscos social, ambiental e climáticas que as afetam, a projeção da renovação de captações estressadas, os impactos em liquidez devido a oscilações de preços de mercado, entre outros.

d. Risco socioambiental

• Ambiental, Social e Governança (sigla "ESG", em inglês)

No ano de 2022, o Banco Fibra deu continuidade ao seu planejamento estratégico nas temáticas Ambiental, Social e de Governança, conforme Plano de Ação Institucional ESG aprovado pelo Comitê Executivo e pelo Conselho de Administração, com frentes definidas no curto e médio prazo, buscando garantir que os pilares ambiental, social e de governança corporativa estejam incorporados a sua atuação empresarial e disseminados para colaboradores, clientes, parceiros de negócios e demais stakeholders.

Em janeiro publicamos nossa "Comunicação de Progresso" 2021 (COP) no site institucional do Pacto Global das Nações Unidas (ONU), cujo requisito mandatório para empresas signatárias do Pacto promove a transparência e prevê o acompanhamento formal do progresso da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na estratégia da companhia. Cabe destacar que o planejamento anual ESG foi definido em conjunto com o Comitê Executivo e aprovado pelo Conselho de Administração, com ações a serem endereçadas nas frentes de governança, estratégia, gestão de riscos e transparência.

Dentre as ações promovidas no primeiro trimestre, destacam-se a elaboração do planejamento de comunicação ESG para o ano 2022, com a divulgação de nossas ações e práticas através de nossas redes sociais e canais internos, reforçando nosso compromisso com a transparência com nossos stakeholders. No pilar Social (S) estabelecemos o Programa de Diversidade & Inclusão 2022, contendo ações afirmativas a serem implementadas no primeiro e segundo semestres. No rol de ações, está a divulgação de nossa primeira Política de Diversidade e Inclusão, que institui as diretrizes necessárias para proporcionar um ambiente livre de discriminação e assédio, valorizando o respeito, dignidade, equidade de oportunidades, preceitos estes respaldados pelo nosso Código de Ética e Conduta e alinhados aos ODSs. A política formaliza a governança do tema instituindo a Comissão de Diversidade, composta por membros do Comitê Executivo e representantes dos Grupos de Afinidade, este último formado por colaboradores que tenham se voluntariado a promover ações afirmativas direcionadas aos 4 temas priorizados: de equidade de gênero, raça e etnia, LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência (PCD). O objetivo da Comissão de Diversidade é priorizar as ações que promovam a igualdade de oportunidades, tratamento e desenvolvimento dos colaboradores pertencentes a todas as diversidades, alinhadas à estratégia do Banco.

Em março de 2022, lançamos o Guia Institucional de Diversidade e Inclusão para todos os colaboradores com foco no letramento e como fonte de informação para construção de um ambiente mais respeitoso e inclusivo. Seguimos com o compromisso de contratação de mais mulheres, sendo mantida a meta de contratação de 50% de mulheres para as vagas abertas no período, em linha com o ODS 5 (Igualdade de Gênero), compromisso este que passou a ser acompanhado no âmbito dos Objetivos e Resultados – Chave (sigla "OKR", em inglês) do Banco e foi alcançado.

No mesmo período, conquistamos o Selo Paulista de Diversidade por nossas práticas na agenda de diversidade e inclusão, reconhecimento promovido pelo Governo do Estado de São Paulo para estimular as organizações a incorporarem o tema da diversidade na gestão de pessoas de forma estratégica. Adirimos também ao compromisso Cultura Consciente (Conscious Culture, em inglês), pelo nosso alinhamento à iniciativa, criada para o compartilhamento de melhores práticas empresariais globais relacionadas ao fomento de uma cultura organizacional que equilibra os resultados de negócio com um ambiente humanizado.

Na temática Ambiental (E), em abril de 2022 elaboramos nosso inventário de emissões de gases de efeito estufa referentes ao ano de 2021, neutralizando as emissões totais do período, incluindo Escopo 3, totalizando cerca de 277 toneladas de CO2 equivalente, através da compensação de créditos de carbono de projetos REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal) localizados no estado do Acre, no bioma amazônico. Conquistamos em outubro, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, pela divulgação pública desse nosso inventário completo de emissões diretas e indiretas, o qual foi verificado por empresa de auditoria externa credenciada pelo Inmetro. Por fim, como forma de diminuir de forma tempestiva o impacto de nossas atividades sobre as mudanças climáticas, elaboramos o inventário de emissões diretas e indiretas dos meses de janeiro a julho de 2022, período que ainda estávamos alocados na antiga sede, neutralizando também estas emissões ainda em 2022, incluindo Escopo 3, o qual totalizou cerca de 202 toneladas de CO2 equivalente, através da compensação de créditos de carbono de projetos REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal) também no bioma amazônico, mas desta vez no estado do Amazonas.

Em abril, fomos uma das primeiras empresas no Brasil a nos tornarmos signatários do Pacto de Promoção da Equidade Racial, iniciativa que propõe que empresas implementem um Protocolo ESG Racial através de ações afirmativas e de investimento social privado que fomentem uma maior equidade racial.

No mês de maio de 2022, publicamos uma nova versão do nosso Relatório Socioambiental, referente às atividades desempenhadas no ano de 2021 (https://www.bancofibra.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Banco_Fibra-RS2021-Dfinal.pdf) elaborado em conformidade com as Normas GRI (sigla em inglês para Global Reporting Initiative), opção Essencial que traz a continuidade aos desdobramentos nas práticas e indicadores (KPI) ambientais, sociais e de governança corporativa contemplando a estruturação do Plano de Ação Institucional ESG com as entregas e resultados alinhados à nossa estratégia "Clientes, Dados, Eficiência e Escalabilidade" (CDEE). Além disso, a definição de conteúdos do Relatório compreende nossos temas materiais orientada por boas práticas globais como os princípios do Pacto Global e os ODSs, em conformidade com as iniciativas da ONU.

Em junho de 2022, dentro das ações relacionadas ao nosso Programa de Integridade, aprimoramos nosso canal de denúncias, agora chamado "Alô Ética" (<https://aloetica.com.br/otrs/canal-de-etica.pl?CustomerID=bancofibra.com.br>), que passou a ser gerido por empresa especializada terceirizada, para garantir maior imparcialidade no tratamento de situações que violem as diretrizes de nosso Código de Ética e Conduta, dando maior segurança e integridade ao processo. Além disso, os usuários do canal passaram a contar com mais uma possibilidade de acesso, sendo disponibilizada a opção de Canal de Voz.

Para encerrar o semestre, em celebração à Semana do Meio Ambiente, e, como forma de engajar nossos colaboradores a promover ações voltadas à sustentabilidade, lançamos uma campanha estimulando-os a enviarem fotos ou vídeos relacionados às suas contribuições ao meio ambiente e que foram publicados em nossa Intranet.

Em agosto oficializamos nossa mudança para uma nova sede administrativa, o Eldorado Business Tower, edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design (LEED) nível Platinum, que representa o mais alto grau de performance ambiental em suas operações, alinhadas às melhores práticas internacionais de sustentabilidade na construção civil. No mesmo período, aprovamos junto ao Comitê Executivo e Conselho de Administração a priorização estratégica de dois novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, alinhados às nossas ações no Banco Fibra, sendo o ODS 3 (Saúde e Bem-estar) e ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). Na temática Social (S), fomos reconhecidos na categoria Bancos Médios dentre os "Lugares Incríveis para Trabalhar" de 2022, pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA).

Em outubro realizamos o Mês da Diversidade e Inclusão, ação trazida através dos Grupos de Afinidade, que contou com palestras de diversos representantes das diversidades de gênero, raça e etnia, LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência (PCD). O evento foi uma oportunidade de reflexão, aprendizado e compartilhamento de experiências através de um diálogo inclusivo que colocou no centro do debate temas relevantes sobre diversidade e inclusão. Neste evento formalizamos nossa adesão ao Fórum de Empresas e Direitos LGBT+ com o compromisso de promover igualdade de oportunidades e promover um espaço seguro para desenvolver pessoas dessa comunidade.

Em novembro divulgamos a todos os colaboradores o Guia Preventivo de Assédio Moral e Sexual, em alinhamento aos princípios estabelecidos pelo Programa de Integridade, como forma de nortear sobre potenciais condutas de trabalho irregulares e a utilização do canal de denúncias, o Alô Ética, como ferramenta de gestão de consequências para estes tipos de situações.

No mês de dezembro, no âmbito da Governança (G) e do Programa de Integridade, renovamos nosso compromisso com o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos. Este é um processo anual no qual somos avaliados com perguntas referentes aos seguintes indicadores: (i) governança e conduta; (ii) prestação de contas; (iii) práticas concorrenciais; (iv) práticas anticorrupção; (v) envolvimento político responsável; e (vi) sistemas de gestão. Também fomos certificados, pelo segundo ano consecutivo, pela Associação Brasileira de Câmbio com o Selo ABRACAM de Conformidade que reflete a atuação da companhia em relação às boas práticas de Governança e Compliance em operações de câmbio e o alinhamento com as regras de prevenção à lavagem de dinheiro (PLD) do Banco Central do Brasil.

Por fim, alinhado ao ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), promovemos o evento "1ª Semana Fibra Tech", que trouxe os temas mais atuais ligados à tecnologia, segurança cibernética e inteligência analítica, através de palestras e salas interativas para todos os colaboradores. Na parte ambiental, destinamos no ano de 2022 cerca de 2.923 quilos de resíduos recicláveis a recicladoras, o que gerou uma economia de 187.905 litros de água e 12.154 watts de energia pelo material recuperado no processo e seu reaproveitamento como matéria-prima secundária.

• Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

Atualizamos nosso compromisso regulatório seguindo as novas diretrizes trazidas através da Resolução CMN nº 4.943/2021 que altera a Resolução nº 4.557/17 de "Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR)", incluindo diretrizes relacionadas à gestão dos riscos social, ambiental e climático, e da Resolução CMN nº 4.945/2021, que dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PRASAC"). Ambas entraram em vigor a partir de 01/12/2022, para instituições financeiras do Segmento S3, o qual a companhia se enquadra.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PRASAC") apresenta os princípios, estratégias e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a serem observados na condução dos nossos negócios, atividades e processos, bem como em sua relação com as partes interessadas, estando 100% alinhada ao posicionamento institucional da companhia no âmbito das questões ESG.

Além disso, ressalta-se que a avaliação do risco social, ambiental e climático é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e fornecedores relevantes do Banco Fibra e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente e/ou fornecedor relevante em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos sociais, ambientais e climáticos de suas atividades. Ao final deste processo, é atribuído um Rating RSAC (Risco Social, Ambiental e Climático) para os clientes elegíveis, bem como fornecedores relevantes.

Esse processo faz parte e contribui para a robustez da estrutura de gerenciamento integrado de riscos da companhia, compondo uma dimensão exclusiva na matriz de Appetite a Risco (RAS) da instituição, acompanhada periodicamente pela Diretoria e Conselho de Administração.

e. Risco operacional

No Banco Fibra, o risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e controles internos da instituição, ou advindas de eventos externos.

A estrutura de Gestão de Risco Operacional adota um modelo único em todo o Banco Fibra para mapear processos e atividades, identificar e avaliar riscos operacionais, bem como para avaliar a eficácia do ambiente de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela elaboração e testes periódicos de efetividade dos controles internos, coordenar a avaliação de riscos através da aplicação de RCSA (*Risk and Control Self Assessment*) junto às áreas de negócio (primeira linha de defesa), além de identificar e sugerir melhorias de processos que mitiguem riscos e aumentem a eficiência operacional, utilizando diversas ferramentas, incluindo a metodologia Lean para melhoria contínua.

São apresentados a cada área de negócio, todos os mecanismos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de eventos de risco operacional, bem como a disseminação da cultura de controles. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados periodicamente aos Comitês de Auditoria e de Gestão de Riscos, para que estes possam manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das principais deficiências apontadas.

As recomendações de melhorias aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades definidos e a principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigação de riscos operacionais é atribuída às equipes de primeira linha de defesa, com total apoio da segunda linha de defesa, a estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos. Em cumprimento aos requisitos regulatórios, o Banco Fibra possui processos que abrangem políticas institucionais, procedimentos, sistemas e planos de contingência e continuidade do negócio para a mitigação quanto à ocorrência de eventos indesejáveis.

Plano de continuidade de negócios (PCN)

A estrutura adotada no plano de continuidade de Negócios utiliza uma abordagem de equipe para resposta a emergências e interrupções, com a utilização de recursos e processos, adequadamente documentados, de modo a minimizar o impacto de eventuais interrupções e proporcionar a retomada de atividades críticas em condições e prazos adequados.

Há uma coordenação central de Continuidade de Negócios para apoiar as áreas de negócios, proprietárias dos procedimentos de recuperação, assim como para garantir a uniformidade de ações e de comunicação. As deliberações para o PCN são realizadas em comitês, de acordo com a necessidade da Instituição.

Periodicamente o Banco Fibra realiza testes de Continuidade de Negócios de forma a verificar a real adequação dos procedimentos de recuperação aos seus propósitos.

8. Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

a. Composição da carteira por produto

	Banco e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito	3.070.898	2.952.581
Empréstimos	1.932.319	2.024.148
Financiamentos	862.225	735.111
Financiamentos rurais e agroindustriais	276.354	193.322
Outros créditos com característica de concessão de crédito	2.507.305	2.059.808
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	192.833	40.169
Títulos e créditos a receber	2.314.472	2.021.529
(-) Ajuste ao valor de mercado (Objeto de hedge)	-	(1.890)
Carteira de Crédito	5.578.203	5.012.389
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	624.293	719.809
Total da carteira	6.202.496	5.732.198

⁽¹⁾ Contabilizados em contas de compensação.

b. Por vencimento

	Banco e Consolidado						Em curso anormal		31/12/2022
	Operações em curso normal						Vencidos	Total	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Operações de crédito	326.987	266.466	289.319	635.579	540.322	1.001.635	10.590	3.070.898	
Outros créditos com característica de concessão de crédito	1.284.736	649.360	211.158	263.809	84.195	5.260	8.787	2.507.305	
Garantias financeiras prestadas	22.896	49.151	34.089	163.589	323.889	30.679	-	624.293	
Total								6.202.496	

	Banco e Consolidado						Em curso anormal		31/12/2021
	Operações em curso normal						Vencidos	Total	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Operações de crédito	326.987	266.466	289.319	635.579	540.322	1.001.635	10.590	3.070.898	
Outros créditos com característica de concessão de crédito	1.284.736	649.360	211.158	263.809	84.195	5.260	8.787	2.507.305	
Garantias financeiras prestadas	22.896	49.151	34.089	163.589	323.889	30.679	-	624.293	
Total								6.202.496	

c. Composição por ramo de atividade

	Banco e Consolidado			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Indústria	2.102.166	33,9%	1.779.659	31,0%
Comércio	1.261.133	20,3%	1.358.420	23,8%
Serviços	1.103.567	17,8%	779.051	13,6%
Rurais	78.707	1,3%	71.068	1,2%
Habitação	134.503	2,2%	212.516	3,7%
Intermediários financeiros	1.458.939	23,5%	1.460.897	25,5%
Pessoas físicas	63.481	1,0%	70.587	1,2%
Total da carteira	6.202.496	100,0%	5.732.198	100,0%

d. Concentrações dos riscos de crédito

	Banco e Consolidado			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Principal Devedor	348.629	5,6%	167.013	2,9%
2º ao 10º Maiores devedores	1.040.893	16,8%	947.791	16,5%
11º ao 20º Maiores devedores	725.760	11,7%	642.511	11,2%
21º ao 50º Maiores devedores	1.259.040	20,3%	1.285.872	22,4%
51º ao 100º Maiores devedores	954.594	15,4%	1.021.959	17,8%
Demais devedores	1.873.580	30,2%	1.667.052	29,2%
Total da carteira	6.202.496	100,0%	5.732.198	100,0%

e. Cessão de créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram cedidos, sem retenção de riscos, créditos da carteira do atacado no montante de R\$ 5.211 (R\$ 5.812 em 2021). Esta operação gerou um resultado de (R\$ 611) ((R\$ 4.812) em 2021).

f. Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02.

	Banco e Consolidado			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Operações vinculadas ativas	67.087	8.319	53.602	2.094
Operação de crédito	67.087	8.319	53.602	2.094
Recursos captados	66.363	(7.549)	53.180	(1.817)
CDB vinculado	66.363	(7.549)	53.180	(1.817)
Resultado líquido das operações vinculadas		770		277

Em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021 as operações encontravam-se adimplentes.

9. Carteira de crédito por nível de riscos e provisionamento

a. Carteira de crédito, de acordo com o nível de risco e provisionamento

Nível	Banco e Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	3.652.598	-	3.652.598	1.760	3.452.990	-	3.452.990	1.739
A	997.871	-	997.871	5.764	806.954	-	806.954	4.464
B	819.878	1.754	821.632	8.250	666.117	66	666.183	6.782
C	32.006	2.376	34.382	1.031	30.928	175	31.103	933
D	31.702	240	31.942	3.194	13.400	937	14.337	1.434
E	289	50	339	102	5.504	1.419	6.923	2.077
F	880	9.006	9.886	5.738	494	1.466	1.960	980
G	21.881	319	22.200	15.597	11.235	5.446	16.681	12.845
H	1.721	5.632	7.353	7.353	9.053	6.205	15.258	15.258
Total da carteira - Créditos	5.558.826	19.377	5.578.203	48.789	4.996.675	15.714	5.012.389	46.512
Garantias financeiras prestadas	624.293	-	624.293	280	719.809	-	719.809	324
Total em 2022	6.183.119	19.377	6.202.496	49.069	5.716.484	15.714	5.732.198	46.836
% da carteira	99,7%	0,3%	100,0%		99,7%	0,3%	100,0%	

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco e Consolidado	
	31/12/2022 ⁽¹⁾	31/12/2021
Saldo inicial	111.063	142.356
Baixas contra provisão	(15.039)	(31.472)
Provisão/Reversão constituída no exercício	36.112	179
Saldo final	132.136	111.063

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022, os saldos das provisões para carteira de crédito, são compostos da seguinte forma: provisão para operações de crédito no montante de R\$ 37.693 (R\$ 41.742 em 2021), provisão para outros créditos no montante de R\$ 94.163 (R\$ 68.997 em 2021), sendo R\$ 11.096 para outros créditos (R\$ 4.770 em 2021) e R\$ 83.067 para títulos privados (R\$ 64.227 em 2021). Provisão para avais e fianças no montante de R\$ 280 (R\$ 324 em 2021).

O saldo dos créditos renegociados no exercício foi de R\$ 60.365 (R\$ 31.687 em 2021). O total de recuperação de créditos anteriormente baixados foi de R\$ 24.459 (R\$ 46.833 em 2021).

A provisão para cobrir perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral, entretanto, percentuais mais elevados dentro de cada faixa de risco podem ser utilizados com base no julgamento e experiência da Administração.

10. Investimentos

a. Participações em controladas

Empresas	Banco						
	31/12/2022			31/12/2021			
	Participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no exercício	Valor do investimento	Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no exercício	Valor do investimento
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. ⁽¹⁾	99,999%	1.596	10	1.596	-	-	-
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	100,00%	1.018	72	1.018	946	23	946
Fibra Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	99,999%	5.221	3.221	5.221	12.541	1.117	12.541
Validata Meios de Pagamentos Ltda.	99,999%	944	170	944	776	(6)	776
Total		8.779	3.473	8.779	14.263	1.134	14.263

⁽¹⁾ A incorporação da empresa ocorreu na data de 28/03/2022 através da aquisição de cotas.

⁽²⁾ Em abril de 2022, houve redução de capital no montante de R\$ 5.000.

b. Ativos intangíveis

Movimentação do intangível no exercício:

	Banco e Consolidado				
	Saldo residual em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	Saldo residual em 31/12/2022
Licenças e Direitos de Uso	43	689	-	(48)	684
Processamento de Dados ⁽¹⁾	21.634	9.604	-	(5.742)	25.496
Total	21.677	10.293	-	(5.790)	26.180

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos - CPC 01

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não ocorreram baixas por *impairment*.

11. Dependência no Exterior

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.524/16, foi definido que a moeda funcional da dependência no exterior é Reais (R\$). O montante relativo a variações cambiais reconhecido no exercício de 2022 foi de (R\$ 668) ((R\$ 663) em 2021).

O resultado apurado pela agência de Cayman, no exercício de 2022, foi de R\$ 22.649 (R\$ 30.587 em 2021). O efeito da variação cambial do patrimônio líquido da agência, registrado no Banco Fibra, foi de (R\$ 7.530) (R\$ 9.128 em 2021).

O montante apresentado encontra-se incluído nos saldos do Banco Fibra S.A. individual e estão sumarizadas a seguir:

Posição	Banco					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Partes relacionadas	Terceiros	Total	Partes relacionadas	Terceiros	Total
Posição ativa						
Disponibilidades	-	22.386	22.386	-	29.677	29.677
Títulos e valores mobiliários	25.672	368.896	394.568	31.301	327.165	358.466
Operações de crédito	496.592	2.054	498.646	498.665	63	498.728
Outros créditos	-	-	-	-	29.535	29.535
Total	522.264	393.336	915.600	529.966	386.440	916.406
Posição passiva						
Depósitos à vista	-	21.321	21.321	-	14.747	14.747
Depósitos a prazo	654.014	-	654.014	655.156	-	655.156
Dívida subordinada	123.908	-	123.908	132.523	-	132.523
Outras obrigações	-	8	8	-	9	9
Subtotal	777.922	21.329	799.251	787.679	14.756	802.435
Patrimônio líquido	-	116.349	116.349	-	113.971	113.971
Total	777.922	137.678	915.600	787.679	128.727	916.406

12. Depósitos

	Banco					Acima de 360 dias	Total em 31/12/2022	Total em 31/12/2021
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	233.127	-	-	-	-	-	233.127	203.926
Depósitos interfinanceiros	-	96	-	-	-	-	96	302.434
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	-	572.249	421.114	606.303	1.084.077	5.005.214	7.688.957	6.881.047
Total	233.127	572.345	421.114	606.303	1.084.077	5.005.214	7.922.180	7.387.407

	Consolidado					Acima de 360 dias	Total em 31/12/2022	Total em 31/12/2021
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	231.679	-	-	-	-	-	231.679	203.627
Depósitos interfinanceiros	-	96	-	-	-	-	96	302.434
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	-	572.249	420.329	606.012	1.083.628	5.000.084	7.682.302	6.868.403
Total	231.679	572.345	420.329	606.012	1.083.628	5.000.084	7.914.077	7.374.464

⁽¹⁾ Contém R\$ 21.321 (R\$ 14.747 em 2021) de depósitos à vista e R\$ 417.648 de depósitos a prazo captados via agência de Cayman em ME. Não houve captação de depósitos a prazo em dezembro de 2021.

13. Captações no Mercado Aberto

Refere-se a operações de venda de títulos no mercado com compromisso de recompra.

	Banco e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos federais		
LTN - Letras do tesouro nacional	69.066	18.183
NTN - Notas do tesouro nacional	2.723.780	1.302.316
Total de carteira própria	2.792.846	1.320.499
Circulante	2.792.846	1.320.499
Não circulante	-	-

14. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Banco e Consolidado					Total em 31/12/2022	Total em 31/12/2021
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA - Letras de créditos do agronegócio ⁽¹⁾	15.251	21.905	35.028	80.929	10.749	163.862	122.521
LF - Letras financeiras ⁽²⁾	-	-	-	3.826	13.701	17.527	8.817
LFG - Letras financeiras com garantia	-	-	-	-	-	-	311.641
Total	15.251	21.905	35.028	84.755	24.450	181.389	442.979

As operações de LCA e LFG são lastreadas com operações ativas do Banco.

Os recursos captados foram corrigidos pelas taxas e indexadores a seguir:

⁽¹⁾ LCA com taxas que variam de 104% a 123% do CDI e taxas pré de 4,05% a 15,54% a.a.

⁽²⁾ LF à taxa de 100% do CDI ou IPCA e taxas pré de 11,81% a 12,85% a.a.

15. Obrigações por Empréstimos no Exterior e Repasses no País

As obrigações por repasses do país são representadas por captações via Funcafé e corrigidas por juros pré-fixado de 8,00% a.a. (4,00% a.a. em 2021) até o vencimento e pela Selic do vencimento até a data do repasse ao Ministério.

	Banco e Consolidado					Acima de 360 dias	31/12/2022
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	181 a 360 dias		
Funcafé	6.872	55.401	35.686	177.225	177.225	73.814	348.998
Empréstimos no exterior	440	-	-	-	-	-	440
Total	7.312	55.401	35.686	177.225	177.225	73.814	349.438

	Banco e Consolidado					Acima de 360 dias	31/12/2021
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	181 a 360 dias		
Funcafé	29.296	25.148	54.733	139.492	139.492	15.610	264.279
Total	29.296	25.148	54.733	139.492	139.492	15.610	264.279

16. Carteira de Câmbio

	Banco e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Posição ativa		
Câmbio comprado a liquidar	533.299	86.766
Direitos sobre vendas de câmbio	281.785	35.000
Total	815.084	121.766
Circulante	815.084	121.766
Não circulante	-	-

	Banco e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Posição passiva		
Câmbio vendido a liquidar	281.573	35.210
Obrigações por Compra de câmbio	527.996	83.320
Total	809.569	118.530
Circulante	809.569	118.530
Não circulante	-	-

17. Composição de Outras

a. Outros créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos em garantia ⁽¹⁾	593.207	569.247	593.385	569.412
Impostos a compensar	28.948	33.889	29.045	34.077
Negociação e intermediação de valores	11.019	48.187	11.019	48.187
Comissões de fianças a receber	7.296	7.292	7.296	7.292
Valores a receber ⁽²⁾	93.844	73.825	93.976	73.825
Outros	3.651	7.022	3.658	7.022
Total	737.965	739.462	738.379	739.815
Circulante	43.996	103.556	44.206	103.727
Não circulante	693.969	635.906	694.173	636.088

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS (Nota 20c).

⁽²⁾ Refere-se substancialmente a venda de BNDU.

b. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para imposto de renda e contribuições sobre o lucro	-	-	413	89
Impostos e contribuições a recolher	13.869	9.415	14.137	9.482
Total	13.869	9.415	14.550	9.571
Circulante	9.575	5.247	10.256	5.403
Não circulante	4.294	4.168	4.294	4.168

c. Provisões

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para fianças prestadas	280	324	280	324
Provisões para contingências cíveis	2.760	11.796	2.881	11.917
Provisões para contingências fiscais	444.681	416.776	444.681	416.776
Provisões para contingências trabalhistas	52.677	49.832	52.677	49.934
Provisões para pagamentos a efetuar	22.859	14.509	22.973	14.519
Provisões sobre participações no resultado	20.400	24.000	20.400	24.000
Total	543.657	517.237	543.892	517.470
Circulante	98.976	100.460	99.211	100.693
Não circulante	444.681	416.777	444.681	416.777

d. Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de aluguéis	4.055	2.806	4.055	2.806
Despesas de amortização	5.790	3.480	5.790	3.481
Despesas de comunicação	2.779	3.080	2.782	3.080
Despesas de depreciação	1.118	1.009	1.123	1.025
Despesas de manutenção e conservação de bens	4.236	3.041	4.236	3.041
Despesas de processamento de dados	23.786	24.435	23.868	24.437
Despesas de serviços sistema financeiro	11.158	9.277	11.108	9.279
Despesas de serviços técnicos especializados	6.833	15.125	6.789	15.172
Despesas de serviços de terceiros	4.862	517	4.868	517
Despesas de transporte	454	421	455	421
Despesas de seguros	912	1.098	936	1.098
Despesas de viagens	793	158	793	158
Impostos e taxas	2.061	404	2.081	408
Outras despesas administrativas	3.409	4.469	3.444	4.487
Total	72.246	69.320	72.328	69.410

e. Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atualização monetária	39.021	15.525	39.028	15.537
Reversão de contingências cíveis/trabalhistas	11.679	14.831	11.790	14.831
Varição cambial	-	16.725	-	16.725
Outras	5.913	2.058	5.916	2.058
Total	56.613	49.139	56.734	49.151

f. Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custas processuais	1.222	1.212	1.228	1.218
Despesas de atualização monetária	184	66	184	66
Despesas de fianças	16	7	16	7
Pagamento de indenizações cíveis	13.567	12.282	13.575	12.282
Desconto concedido	2.150	1.322	2.150	1.322
Varição cambial	67.785	-	67.785	-
Outras	1.326	617	1.328	619
Total	86.250	15.506	86.266	15.514

g. Resultado não operacional

Totaliza R\$ 46.075 (R\$ 19.793 em 2021), é representado substancialmente, pelos ganhos e perdas na alienação ou provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no Banco Fibra.

h. Relações interfinanceiras e interdependências

	Banco e Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Correspondentes	47	43	199	179
Transferências internas de recursos ⁽¹⁾	-	10.218	218	757
Recursos em trânsito de terceiros ⁽²⁾	-	-	21.391	231.682
Pagamento Instantâneo	158.578	-	-	-
Total	158.625	10.261	21.808	232.618
Circulante	158.625	10.261	21.808	232.618
Não circulante	-	-	-	-

⁽¹⁾ O saldo do ativo é composto por recebimentos via COMPE.

⁽²⁾ O saldo do passivo, refere-se substancialmente a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

i. Obrigações fiscais diferidas

	Banco e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 19b)	45.315	46.340
Total	45.315	46.340
Circulante	-	-
Não circulante	45.315	46.340

18. Outros Ativos

a. Bens não destinados a uso

	Banco e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	234.938	176.480
Veículos	1.530	1.761
Outros	21.310	20.460
Provisão por desvalorização	(20.729)	(15.427)
Total	237.049	183.274

b. Despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Comissões de CDB/LCA/LCI/LF	39.521	47.114	39.521	47.114
Licenças de uso	2.751	1.875	2.751	1.875
Manutenção de sistemas	1.316	600	1.330	600
Seguros	932	1.394	956	1.394
Outras	235	272	237	272
Total	44.755	51.255	44.795	51.255
Circulante	7.123	4.648	7.161	4.648
Não circulante	37.632	46.607	37.634	46.607

19. Tributos

a. Composição das despesas com impostos e contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

	Banco					
	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	40.256	40.256	40.256	18.177	18.177	18.177
Encargos						
IRPJ - 25% e CSLL - 25% (20% até Jun./2021 e 25% de Jul. a dez./2021)	(10.064)	(8.454)	(18.518)	(4.444)	(4.444)	(8.888)
Adições e exclusões no cálculo de impostos	(2.072)	(1.330)	(3.402)	(1.503)	(1.276)	(2.779)
Participações em controladas	6.531	5.488	12.019	7.930	7.930	15.860
Variação cambial	-	-	-	1.141	1.141	2.282
Despesas não dedutíveis - Permanentes	(3.022)	(2.539)	(5.561)	(2.703)	(2.703)	(5.406)
IRRF a compensar - Exterior	-	-	-	402	-	402
IRPJ e CSLL diferido - Exterior	(5.665)	(4.758)	(10.423)	(8.166)	(8.166)	(16.332)
Adicional IRPJ	24	-	24	24	-	24
Efeito do diferencial de alíquota da CSLL 5%	-	431	431	-	770	770
Outros	60	48	108	(131)	(248)	(379)
Imposto de renda e contribuição social	(12.136)	(9.784)	(21.920)	(5.947)	(5.720)	(11.667)
Consolidação IRRF - Exterior	-	-	-	(402)	-	(402)
Imposto de renda e contribuição social - Consolidado	(12.136)	(9.784)	(21.920)	(6.349)	(5.720)	(12.069)

b. Créditos tributários

I - Em 31 de dezembro de 2022, o Banco Fibra possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Ativos fiscais diferidos", tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisito, no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

O estudo foi atualizado também para 31 de dezembro de 2022, conforme previsto pela regulamentação vigente, e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2023. Em termos gerais, o referido estudo atende aos requisitos necessários para suporte à manutenção da contabilização do ativo fiscal diferido.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 10 anos são:

- Premissas básicas aderentes aos planos estratégicos da Instituição e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento das carteiras de crédito de atacado e aplicação de "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Esgotamento total da carteira de crédito do segmento varejo;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas não-crédito, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- Perdas com crédito projetadas com base em percentuais compatíveis com o mercado;

- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição;
- Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 20% para 25%, em razão da Medida Provisória nº 1.034 de 01/03/2021 a partir de julho até dezembro/2021;
- Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 20% para 21%, em razão da Lei nº 14.446 de 02/09/2022 a partir de agosto até dezembro/2022;
- Histórico de geração de lucro tributável recorrente nos últimos exercícios, conforme já havia sido projetado nos estudos técnicos nos anos anteriores; e
- Continua melhora nos resultados apropriados pela Instituição, ao longo dos últimos exercícios, incluindo 2022.

A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

	Banco			31/12/2022
	31/12/2021	Constituição	(Realização)	
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	876.741	34.169	(49.177)	861.733
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	548.026	16.215	-	564.241
Provisão para contingências trabalhistas	22.424	1.281	-	23.705
Provisão para contingências - outros	200.723	12.678	(4.366)	209.035
Ajuste marcação a mercado	96.843	-	(44.811)	52.032
Provisão para desvalorização de bens não de uso	6.942	2.386	-	9.328
Outras	1.783	1.609	-	3.392
Lucros/Prejuízo no Exterior - Diferimento	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	325.592	-	(2.593)	322.999
Total de créditos tributários	1.202.333	34.169	(51.770)	1.184.732
Obrigações diferidas	(46.340)	-	1.025	(45.315)
Créditos tributários líquidos	1.155.993	34.169	(50.745)	1.139.417

	Consolidado			31/12/2022
	31/12/2021	Constituição	(Realização)	
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	876.741	34.170	(49.177)	861.734
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	548.026	16.215	-	564.241
Provisão para contingências trabalhistas	22.424	1.281	-	23.705
Provisão para contingências - outros	200.723	12.678	(4.366)	209.035
Ajuste marcação a mercado	96.843	-	(44.811)	52.032
Provisão para desvalorização de bens não de uso	6.942	2.386	-	9.328
Outras	1.783	1.610	-	3.393
Lucros/Prejuízo no Exterior - Diferimento	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	326.916	-	(2.819)	324.097
Total de créditos tributários	1.203.657	34.170	(51.996)	1.185.831
Obrigações diferidas	(46.340)	-	1.025	(45.315)
Créditos tributários líquidos	1.157.317	34.170	(50.971)	1.140.516

II – Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas na data do balanço.

	Ano de realização		Consolidado
	2023	2024	
Total			
Valor presente			744.375

20. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados contabilmente. Contudo, em sede do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100, pleiteia-se o direito à compensação dos valores de PIS e COFINS indevidamente recolhidos desde junho de 2001 a maio de 2006, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com perspectiva de êxito remota, no montante de R\$ 33.896 (R\$ 32.509 em 2021), e cujo mérito da exigência se encontra em debate nos casos abaixo:

PIS: Mandado de segurança nº 0014234-88.2006.4.03.6100 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços. Por conta da adesão ao programa especial de regularização tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "c" abaixo, houve desistência deste processo bem como desistência parcial do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no tocante à COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 33.896 (R\$ 32.509 em 2021). COFINS: Mandado de segurança nº 2006.61.00.014235-1 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do COFINS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços.

b. Passivos de natureza trabalhista e cível

No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 643 (R\$ 8.712 em 2021) para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 2.238 (R\$ 3.205 em 2021), quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito.

No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado desde 2007 a 2022. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 31 de dezembro de 2022, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas monta R\$ 52.677 (R\$ 49.934 em 2021).

c. Obrigações legais - Provisões para contingências

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis referem-se principalmente ao processo de alargamento da base de PIS e COFINS.

O Banco Fibra e suas controladas impetraram mandado de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços, Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período – base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74º da Lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescidos da taxa de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95.

Em observância a decisão de 10/12/2010, exarada nos autos da medida cautelar, que atribuiu efeito suspensivo ao recurso extraordinário, não foi necessária a realização de depósito judicial para o PIS nas empresas Banco Fibra e Fibra Asset DTVM (incorporada pelo Banco Fibra em 31/08/2013). Para a empresa Credifibra (incorporada pelo Banco Fibra em 31/10/2012) foram efetuados os depósitos judiciais para o PIS no montante de R\$ 7.701 (R\$ 7.205 em 2021). No que tange a COFINS (Banco e suas Controladas), a partir de abril de 2012 foram efetuados os depósitos judiciais que somados perfazem o valor de R\$ 460.936 (R\$ 431.742 em 2021), conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 63 da Lei nº 9.430/96.

Os advogados externos contratados, responsáveis pela condução dos processos remanescentes (PIS - Credifibra e COFINS - Credifibra, Banco Fibra e Fibra Asset DTVM), entendem que a probabilidade de perda é provável, sendo que o montante de R\$ 444.681 (R\$ 416.777 em 2021) encontra-se integralmente provisionado, registrado no longo prazo, na rubrica "Provisões".

d. Contingências passivas com risco de perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 612.231 (R\$ 585.547 em 2021), sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões: a) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano calendário de 2007, no valor de R\$ 50.103 (R\$ 48.533 em 2021); b) Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributação de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 28.740 (R\$ 28.740 em 2021); c) Auto de infração referente IRRF sobre JCP pago a empresa no exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 885 (R\$ 757 em 2021); d) Auto de infração previdenciário, no valor de R\$ 106.626 (R\$ 95.991 em 2021); e) Glosa de amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 23.976 (R\$ 22.324 em 2021); f) Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 10.968 (R\$ 10.212 em 2021); g) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 16.900 (R\$ 15.684 em 2021); h) Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2012, no valor de R\$ 20.558 (R\$ 20.558 em 2021); i) Glosa de despesas e amortização de ágio apropriada na base de cálculo do IRPJ e CSLL ano calendário 2014, no valor de R\$ 16.147 (R\$ 14.796 em 2021); j) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a dezembro/2015 no valor de R\$ 22.371 (R\$ 20.410 em 2021); k) Glosa de Despesas em Operações com Derivativos de Hedge da base de cálculo do PIS e COFINS nos meses de 08/2015 a 12/2015 no valor de R\$ 77.291 (R\$ 70.795 em 2021) e L) Glosa de amortização de ágio apropriada de 2016 a 2019 no valor de R\$ 128.059 (R\$ 115.261 em 2021).

e. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Processos cíveis	23.638	1.199	(12.920)	11.917	1.024	(10.060)	2.881
Processos trabalhistas	46.912	3.830	(808)	49.934	4.335	(1.592)	52.677
Processos fiscais	406.428	10.348	-	416.776	27.905	-	444.681
Total	476.978	15.377	(13.728)	478.627	33.264	(11.652)	500.239

f. Programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais – Lei nº 11.941/09

O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30/06/11, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandado de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 31/12/2022 é de R\$ 4.294 (R\$ 4.168 em 2021). O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL Isonomia.

21. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Em 06 de fevereiro de 2018, o Banco Fibra, através de sua agência nas Ilhas Cayman, captou recursos no exterior, na forma de dívida subordinada no valor total de USD 15.000.000,00. Em 29 de março de 2018, na forma de emissão suplementar à dívida original, foram captados USD 8.000.000,00. Referidas dívidas possuem pagamentos de juros semestrais, em fevereiro e agosto de cada ano. Em 24 de maio de 2018 foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil no total de USD 23.000.000,00.

Em 13 de outubro de 2022, o Banco Fibra emitiu recursos de letras financeiras no total de R\$ 61.730.000,00 na forma de dívida subordinada.

Os instrumentos de dívida subordinada integram o Nível II do seu Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução nº 4.955/21.

		Banco e Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
Remuneração	Vencimento	Saldo em reais	Capital nível II	Saldo em reais	Capital nível II
VC + 8.125%	06/02/2028	80.810	78.266	86.428	83.708
VC + 8.125%	06/02/2028	43.099	41.742	46.095	44.644
Total de captação no exterior		123.909	120.008	132.523	128.352
16,79%	18/12/2034	10.547	10.547	-	-
16,79%	18/12/2035	21.642	21.642	-	-
16,79%	18/12/2036	21.094	21.094	-	-
16,79%	18/12/2037	10.547	10.547	-	-
Total de letras financeiras		63.830	63.830	-	-
Total de captações		187.739	183.838	132.523	128.352

22. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias (6.335.020.888 em 2021), todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 06 de dezembro de 2022, foi deliberado redução de capital mediante absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 917.111 com base no saldo de 30 de junho de 2022 da conta de "Lucros ou Prejuízos acumulados". A referida redução não implicará em cancelamento de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e tampouco na restituição de valores aos acionistas. Tal procedimento está em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

b. Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória. Em dezembro de 2022 foi constituído o montante de R\$ 214.

23. Transações com Partes Relacionadas

a. Partes Relacionadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco Fibra com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Controladas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos				
À Vista	(1.447)	(299)	-	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda ⁽¹⁾	(56)	-	-	-
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	(35)	(2)	-	-
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	(1.340)	(285)	-	-
Validata Meios de Pagamento Ltda.	(16)	(12)	-	-
A Prazo	(6.656)	(12.644)	(815)	(510)
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda ⁽¹⁾	(1.145)	-	(126)	-
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	(975)	(839)	(99)	(35)
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	(3.722)	(11.070)	(499)	(444)
Validata Meios de Pagamento Ltda.	(814)	(735)	(91)	(31)
Valores a receber	6	-	162	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda ⁽¹⁾	6	-	162	-
Valores a pagar	(17)	-	(217)	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda ⁽¹⁾	(17)	-	(217)	-

⁽¹⁾ A incorporação da empresa ocorreu na data de 28/03/2022 através da aquisição de cotas.

Coligadas do Grupo Controlador	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários	25.672	31.301	1.351	3.763
CSN Inova Ventures	25.672	31.301	1.351	3.763
Instrumentos financeiros derivativos	1.149	244	2.030	(21.991)
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	-	-	(17)
Vicunha Têxtil S.A.	1.149	244	2.030	(21.974)
Operações de crédito	69.670	31.843	4.133	10.779
Finobrasa Agroindustrial S.A.	7.710	6.996	1.278	1.008
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	18.814	966	1.748
Vicunha Têxtil S.A.	50.215	6.033	1.172	756
Rio Purus Participações S.A.	-	-	-	7.267
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	11.745	-	717	-
Garantia financeira prestada	4.000	4.000	1.850	609
Finobrasa Agroindustrial S.A.	4.000	4.000	1.850	609
Transferências de direitos sem coobrigação	-	-	1.595	1.361
Companhia Siderúrgica Nacional	-	-	1.595	1.361
Tarifas	-	-	338	-
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	-	338	-
Títulos de dívidas no exterior	(123.908)	(9.769)	(132.523)	(9.888)
Companhia Siderúrgica Nacional	(123.908)	(9.769)	(132.523)	(9.888)
CSN Mineração S.A.	(417.648)	(232)	-	-
Depósitos à vista e a prazo	(499.533)	(424.408)	(42.059)	(24.834)
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	-	(8)	-	-
Belém Bresser Empreendimento Imobiliário Ltda.	(3.889)	-	(466)	-
Bonança Projetos Imobiliários Ltda.	-	(200)	(7)	(4)
Calipal Projetos Imobiliários Ltda.	-	(1.003)	(102)	(7)
CFL Participações S.A.	-	(80)	-	-
CIPLA - Serviços e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.808)	(63)	(112)
Companhia Siderúrgica Nacional	(159.691)	(196.435)	(20.811)	(15.097)
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	(1)	(1.813)	(240)	(66)
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(12.888)	(63.209)	(3.264)	(2.517)
Fibra MZM Diadema Empreendimento Imobiliário Ltda.	-	(339)	(4)	(30)
Fibra Sequóia Guarulhos Empreendimento Imobiliário Ltda.	(2.954)	-	(143)	-
Fibra Participações Ltda.	(17.231)	(61.408)	(4.112)	(2.392)
Finobrasa Agroindustrial S.A.	(429)	(4.274)	(12)	(55)
Pajuçara Confeccões S.A.	(6.056)	(6.339)	(728)	(7)
Partifib Projetos Imobiliários André Casado Ltda.	-	(1.288)	(50)	(10)
Partifib Projetos Imobiliários Caiubi Ltda.	-	-	-	(27)
Partifib Projetos Imobiliários Campo Belo Ltda.	-	(4.946)	(312)	(51)
Partifib Projetos Imobiliários Celso Garcia Ltda.	-	(6.865)	(164)	(296)
Partifib Projetos Imobiliários Consolação Ltda.	-	(1)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Eugenio de Melo Ltda.	-	(4)	(18)	(110)
Partifib Projetos Imobiliários F68 Ltda.	-	(4)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários F72 Ltda.	(1.654)	(5.028)	(529)	(80)
Partifib Projetos Imobiliários Gamma Ltda.	(365)	(325)	(49)	(2)
Partifib Projetos Imobiliários Liberdade Ltda.	(9.895)	(8.605)	(953)	(1.310)
Partifib Projetos Imobiliários Livramento Ltda.	-	(5.461)	(241)	(144)
Partifib Projetos Imobiliários Nova Odessa Ltda.	-	(123)	(28)	(6)
Partifib Projetos Imobiliários Teodureto Ltda.	-	(486)	(44)	(8)
Rio Purus Participações S.A.	(13.165)	(8.353)	(571)	(218)
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	-	(1.171)	-	(36)
Taquari Participações S.A.	(622)	(8.974)	(498)	(579)
Textília S.A.	-	(9)	-	(11)
Transnordestina Logística S.A.	-	(1)	-	-
Tutóia Empreendimento Imobiliário S.A.	(162)	(156)	(20)	(6)
Vicunha Aços S.A.	(58.725)	(22.837)	(3.617)	(1.090)
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	-	(168)	(122)	(5)
Vicunha Imóveis Ltda.	(3.972)	(10.436)	(731)	(408)
Vicunha Participações S.A.	(411)	(377)	(403)	(6)
Vicunha Serviços Ltda.	-	(808)	(1.509)	(39)
Vicunha Steel S.A.	(186.712)	(8)	(1.918)	(7)
Vicunha Têxtil S.A.	(20.711)	(1.058)	(330)	(98)

Relatório do Comitê de Auditoria de 31/12/2022**Introdução:**

Em conformidade ao disposto em seu Regimento Interno e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles e conformidade das operações e negócios do Conglomerado Fibra com os dispositivos regulamentares, fornecendo os resultados aos membros do Conselho de Administração, incluindo informações sobre as avaliações apresentadas pelas Auditorias Interna e Independente.

As análises do Comitê de Auditoria foram baseadas nas informações recebidas da Administração, da Contabilidade, da Auditoria Independente, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.

Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Banco Fibra"), a definição e implantação dos sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações financeiras das empresas que compõem o Conglomerado, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo de processos, políticas e procedimentos de controle que propiciem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas da Instituição.

A Grant Thornton Auditores Independentes, na qualidade de Auditor Independente, é a responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produz relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e de controles internos.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento de riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica dos principais riscos a que a instituição está exposta.

Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

O Comitê de Auditoria do Banco Fibra se reuniu mensalmente e nestas reuniões, regulares ou extraordinárias, foram desempenhadas atividades com vistas à avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Independente e Interna, a suficiência dos sistemas de controles internos e a análise das demonstrações contábeis. Quando requerido, os responsáveis por processos, produtos ou áreas foram convocados para prestar esclarecimentos ao Comitê. Adicionalmente, reuniões periódicas foram realizadas com a Diretoria de Crédito da instituição e com o Economista-Chefe do Banco.

Avaliação do Sistema de Controles Internos:

O Comitê de Auditoria avaliou como adequado o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra, que está baseado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de riscos de produtos e processos e do ambiente de governança corporativa. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria avalia o Sistema de Controles Internos como compatível ao porte e complexidade dos negócios do Banco Fibra.

Quanto aos riscos legais e de compliance, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos da Auditoria Interna e Independente, concluímos que não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação e/ou normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado neste foro, completa o ciclo de auditoria a cada três anos e realiza trabalhos de auditoria operacionais, de sistemas e contínua com foco em riscos e utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos respectivos responsáveis e a implementação das recomendações acompanhadas no âmbito do Comitê de Auditoria. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Auditoria Independente:

O escopo dos trabalhos de auditoria foi discutido e previamente aprovado pelos membros. A objetividade e independência não foram afetadas, de acordo com informações recebidas do auditor independente. A Grant Thornton Auditores Independentes não prestou outro serviço além de auditor das Demonstrações Financeiras durante os últimos 02 anos.

O Comitê de Auditoria julgou adequada a qualidade dos trabalhos efetuados pela Auditoria Independente e suficiente o volume de informações necessárias para poder dar o seu parecer acerca das demonstrações financeiras.

Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:

O Comitê de Auditoria vem acompanhando os planos de ação relacionados ao aprimoramento dos controles, decorrentes das recomendações efetuadas pelas auditorias interna e Independente, bem como pelos reguladores, relativas aos respectivos períodos anteriores. O presidente do Comitê participa das reuniões regulares do Conselho de Administração, ocasiões em que teve a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, e, diante da inexistência de divergências significativas entre a administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Fibra, para o semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

Comitê de Auditoria

Kumagae Hinki Junior
Presidente

Carlos Lofrano
Membro independente